

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA - MESTRADO**

**A IDÉIA DE SUBDESENVOLVIMENTO EM PREBISCH**

**José Osvaldo Coninck**

**Florianópolis – SC**  
**2000**

José Osvaldo Coninck

## **A IDÉIA DE SUBDESENVOLVIMENTO EM PREBISCH**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia.

Área de Concentração: Economia Industrial.

Orientador: Prof. Dr. Nildo Ouriques

Florianópolis – SC  
2000

## A IDÉIA DE SUBDESENVOLVIMENTO EM PREBISCH

**JOSÉ OSVALDO CONINCK**

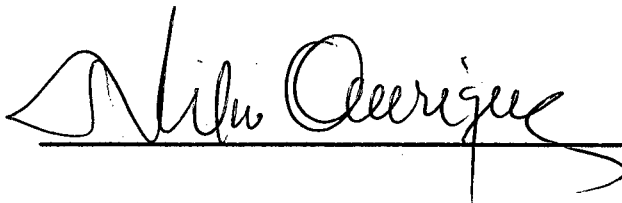
Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Economia e aprovada em sua forma final pelo Curso de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina.



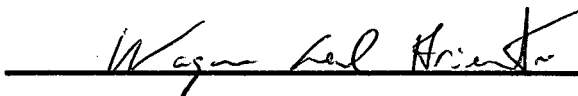
Prof. Dr. Laércio Barbosa Pereira

Coordenador do Curso

Banca examinadora:



Prof. Dr. Nildo Ouriques (presidente) CPGE/CSE/UFSC



Prof. Wagner Leal Arienti Phd CPGE/CSE/UFSC

---

Prof. Dr. Theotônio dos Santos UFF

Aprovada em: 18. 09. 2000

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Prof. Nido Ouriques, por sua orientação e confiança no meu trabalho.

À Evelize, pela amizade.

À Ana Paula, pelo afeto.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>7</b>
<b>RESUMEN.....</b>	<b>8</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>1 A PRIMEIRA ETAPA: O SUBDESENVOLVIMENTO EM QUESTÃO...</b>	<b>13</b>
1.1 Período anterior à CEPAL.....	13
1.2 Construção da categoria subdesenvolvimento.....	16
1.3 O modelo de desenvolvimento <i>hacia afuera</i> .....	25
1.4 Rompimento com o pensamento neoclássico.....	28
<b>2 A SEGUNDA ETAPA: O SISTEMA CENTRO – PERIFERIA .....</b>	<b>33</b>
2.1 Primeiro período na CEPAL .....	33
2.2 A importância da formulação.....	37
2.3 A primeira formulação da deterioração dos termos de troca: ciclo econômico e os preços das exportações primárias.....	41
2.4 Tendência à deterioração sistemática dos termos de troca.....	46

<b>3</b>	<b>A TERCEIRA ETAPA: A INSUFICIÊNCIA DINÂMICA DO DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO E O FALSO DILEMA ENTRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E ESTABILIDADE MONETÁRIA.....</b>	<b>49</b>
3.1	Segundo período na CEPAL.....	49
3.2	A insuficiência dinâmica do desenvolvimento latino-americano.....	52
3.3	A origem da inflação.....	57
<b>4</b>	<b>QUARTA ETAPA: A FASE DA UNCTAD.....</b>	<b>64</b>
4.1	Período na UNCTAD.....	64
4.2	Nova política comercial para o desenvolvimento.....	69
4.3	Deslocamento do centro cíclico principal.....	76
4.4	Tendência ao desequilíbrio externo do modelo <i>hacia adentro</i> .....	79
4.5	Estratégia global do desenvolvimento.....	82
4.6	A política comercial internacional.....	86
<b>5</b>	<b>A QUINTA ETAPA: A CRÍTICA AO CAPITALISMO PERIFÉRICO NOS ANOS 70.....</b>	<b>89</b>
5.1	Período na direção da revista da CEPAL.....	89
5.2	Vigência atual do conceito <i>centro – periferia</i> .....	92
5.3	A importância dinâmica do desenvolvimento .....	95
5.4	Mudanças na estrutura do poder.....	99
5.5	O papel do dinheiro.....	100
5.6	A tendência para a crise inflacionária do processo econômico.....	101

<b>5.7</b>	<b>Os limites do poder de redistribuição.....</b>	<b>103</b>
<b>5.8</b>	<b>O mercado internacional.....</b>	<b>104</b>
<b>5.9</b>	<b>A hegemonia histórica dos centros.....</b>	<b>105</b>
<b>5.10</b>	<b>Para uma teoria de transformação.....</b>	<b>106</b>

	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>111</b>
--	----------------------------------	------------

	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>115</b>
--	--	------------

## RESUMO

Este trabalho apresenta uma discussão da evolução da idéia de subdesenvolvimento econômico no pensamento prebischiano desde seu rompimento com a ortodoxia, em 1943, até suas críticas ao capitalismo periférico, no início dos anos 80. Este período é dividido em cinco etapas. A primeira corresponde ao período anterior a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e caracteriza-se pelo rompimento com a ortodoxia neoclássica. A segunda etapa coincide com seu primeiro período na CEPAL, onde desenvolve um conjunto de idéias gerais sobre subdesenvolvimento denominado *centro - periferia*. A terceira etapa refere-se ao seu segundo período na CEPAL, quando discute privilégios distributivos da riqueza e dos fatores estruturais responsáveis pela inflação na América Latina. A quarta etapa mostra suas funções na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), na qual faz severas críticas ao sistema de comércio exterior organizado pelo Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). A última etapa trata das funções que exerceu na direção da revista da CEPAL em que, não abandonando o terreno da ordem burguesa, manifesta profundo ceticismo em relação as perspectivas do capitalismo periférico.



## RESUMEN

En el presente trabajo se aborda una discusión sobre la evolución de la idea de subdesarrollo económico en el pensamiento prebischiano desde su ruptura, en 1943, con la ortodoxia, hasta sus críticas al capitalismo periférico, al inicio de los años 80. Este periodo es dividido en cinco etapas. La primera, corresponde al periodo anterior a la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), la cual se caracteriza por la ruptura de Prebisch con la ortodoxia neoclásica. La segunda etapa coincide con su primer periodo en la CEPAL, donde desarrolla un conjunto de ideas generales sobre subdesarrollo, denominado *centro- periferia*. La tercera etapa se refiere a su segundo periodo en la CEPAL, cuando discute sobre los privilegios distributivos de la riqueza y los factores estructurales responsables por la inflación en América Latina. La cuarta etapa muestra sus funciones en la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Comercio y Subdesarrollo (UNCTAD), en la cual hace severas críticas al sistema de comercio exterior organizado por el Acuerdo General de Tarifas y Comercio (GATT). La última etapa trata sobre las funciones que Prebisch ejerció en la dirección de la revista de la CEPAL, en que sin abandonar el terreno del orden burgués, manifiesta profundo escepticismo en relación al futuro del capitalismo periférico.

## INTRODUÇÃO

Nos anos que se seguiram ao fim da Segunda Guerra disseminou-se na América Latina a idéia de que o subdesenvolvimento poderia ser superado com ajuda de agências especializadas que permitissem estabelecer elos de ligação entre a esfera política e a econômica.

No âmbito das Nações Unidas é criada a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), que apesar de nunca ter se destacado como uma instituição acadêmica, desenvolveu seus próprios pontos de vista sobre os problemas do subdesenvolvimento e desenvolvimento.

Apesar de a CEPAL oferecer uma resposta burguesa aos problemas do subdesenvolvimento conseguiu reunir os principais pensadores da América Latina. Estiveram sob sua influência direta autores de livros clássicos da história econômica dos países da região como Aníbal Pinto – Chile, Celso Furtado – Brasil e Aldo Ferrer – Argentina entre outros.

Em seus primeiros anos a CEPAL era sinônimo de Raúl Prebisch, economista argentino, a quem coube a paternidade teórica daquilo que corresponde ao pensamento estruturalista – o conceito *centro - periferia* – que permite a compreensão de um sistema econômico único, cuja evolução bipolar gera desenvolvimento nos países centrais e subdesenvolvimento nos países periféricos. O subdesenvolvimento passou a ser entendido como um problema de relações entre países e não como um problema de escassez como sugeria a tradição teórica ortodoxa.

Até a década de 30, o padrão histórico de desenvolvimento predominante na América Latina denominava-se *hacia afuera* e fundamentava-se nas idéias gerais dos neoclássicos que concebiam a integração capitalista da periferia no comércio internacional como produtora de produtos agrícolas e minerais. Seguindo o princípio das vantagens comparativas de Ricardo, a América Latina criaria uma oferta mundial de alimentos que atendesse ao incremento da população urbana que trabalha nas indústrias e no setor de serviços dos países industrializados.

Ao constatar em 1933 que as exportações argentinas deveriam ser 73% maiores do que antes da Depressão para que se pudesse adquirir com elas a mesma quantidade de manufaturas importadas e que a maior parte dos países da América Latina tinham diminuído em torno de 50% sua capacidade de importação, Prebisch questionou o ideal ortodoxo fundamentado na divisão internacional do trabalho.

Para ele, o modelo de desenvolvimento *hacia afuera* gerou uma sociedade agrária marcada pela heterogeneidade social. Sendo a acumulação de capital estreitamente ligada ao progresso técnico, este modelo só se propaga onde se produz alimentos e matérias-primas a baixo custo destinados aos países centrais.

As obras de Prebisch cumpriram duas funções fundamentais que identificam as teorias contemporâneas do progresso das ciências: refutou teorias dominantes como queria Popper e ofereceu um novo programa de investigação como queria Lakatos.

Ao longo dos anos 70, observa-se o ressurgimento do pensamento neoclássico de base monetarista, que transfere poder dos Estados Nacionais para o mercado. A ideologia do bem-estar coletivo foi perdendo força para a

racionalidade mercantil. Com políticas de estabilização conduzidas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, a década de 80 constituiu o apogeu do liberalismo na América Latina. O resultado para a região é uma renda per capita (índice que ainda se usa como a principal medida oficial do desenvolvimento) de 10 a 15% mais baixa em relação a década passada.

A crise dos anos 90, apesar das reformas voltadas para o mercado, mostrou que a América Latina continua vulnerável dos choques financeiros internacionais, ampliando ainda mais seu grau de dependência dos países centrais.

A atual vulnerabilidade da América Latina às forças externas evidenciam a contemporaneidade do pensamento prebischiano. Para tanto, esta dissertação foi estruturada com objetivo de discutir a idéia de subdesenvolvimento na evolução de seu pensamento. Está dividida em cinco capítulos correspondentes a cada etapa de sua trajetória intelectual. No primeiro, será discutido o contexto histórico da problematização do subdesenvolvimento, enfatizando o rompimento de Prebisch com o pensamento neoclássico e a vulnerabilidade do modelo *hacia afuera*. No segundo, serão discutidas as contribuições teóricas mais importantes de Prebisch: o conceito *centro - periferia* e a deterioração dos termos de troca. No terceiro, serão feitas referências a dois trabalhos desenvolvidos por Prebisch: *Para uma Dinâmica do Desenvolvimento Latino-americano* e *Falso Dilema entre Desenvolvimento e Estabilidade Monetária*. No quarto, será apresentado o período em que Prebisch atuou como Secretário Geral das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). No quinto, serão feitas referências à

fase na qual desempenhou a função de diretor da revista da CEPAL em que repensa criticamente suas idéias anteriores.

# 1 A PRIMEIRA ETAPA: O SUBDESENVOLVIMENTO EM QUESTÃO

## 1.1 Período anterior à CEPAL

Esta etapa compreende o período entre a demissão de Prebisch do Banco Central argentino, em 1943, e a sua nomeação como Secretário Executivo da CEPAL, em 1949. Ele já tinha acumulado experiência na gestão da política econômica argentina e sob as benções da oligarquia agrária e comercial argentina, entre 1930 a 1943, foi Subsecretário de Estado para Finanças, Conselheiro Econômico, dirigiu o Banco Central e, além disto, organizou as estatísticas nacionais.

Sua atuação na presidência do Banco Central argentino mereceu elogios da Liga das Nações em seus anuários sobre moedas e bancos, em função da aplicação de inovadoras políticas anticíclicas.

Ao comparar a política econômica da Argentina com a dos Estados Unidos, em 1939, Pazos (1988, p.190) considerou que a ação de Prebisch foi muito mais eficaz, em função do produto real argentino ser 15% superior ao de 1929. Nos Estados Unidos, “a renda real havia sofrido uma contração de 31% em 1933 e só se recuperou em 1939, quando seu nível real era apenas 1,3% mais alto do que antes da depressão.”<sup>1</sup>

Nesta etapa, Prebisch introduz Keynes na América Latina ao publicar em 1947 uma série de artigos sobre a obra deste economista inglês. Havia, segundo Fonseca (1997, p.173), muitos pontos em comum entre estas duas correntes

---

<sup>1</sup> Todas as bibliografias em língua espanhola foram traduzidas pelo autor.

teóricas:

ambas rejeitam a Política Econômica formulada pelos neoclássicos, ambas defendem o intervencionismo, mas por razões completamente diferentes e através de instrumentos não coincidentes; ambas mencionam o desemprego e até o tem como centro de análise, mas o desemprego estrutural de um pouco tem a ver com o desemprego involuntário do outro, já que o primeiro ocorre por falta de capacidade produtiva e o segundo justamente por seu excesso frente à demanda efetiva.

A afirmação de Simonsen, ex-Ministro do Planejamento, de que “os estruturalistas avançaram demais na admiração keynesiana, tentando transpor o modelo de Keynes para um caso particular que ele nada tem de aplicável” ou a afirmação de Oliveira apud Fonseca (1997, p. 173) de que a influência de Keynes sobre Prebisch “será constante em sua carreira, produção e atuação”, mostram que “há longa distância entre reconhecer tais fatos e atribuir linearmente as idéias cepalinas à influência de Keynes.”

Para Bielschowsky, (apud Fonseca 1997, p. 173) o keynesianismo contribuiu para o clima teórico de rebelião contra as doutrinas liberais, mas “o enfoque teórico da teoria do subdesenvolvimento é de natureza diferente daquele encontrado nas controvérsias que são típicas de economias avançadas.”

Versiani (apud Fonseca 1997, p. 173) afirma que esta influência foi “primordialmente indireta, ou seja, a produção sobre desenvolvimento econômico foi mais marcada pela visão geral do keynesianismo do que propriamente pela argumentação central ou pelo aparelho analítico da teoria geral”.

Para Frank (1991, p. 21), “os keynesianos (quicá Keynes não...) continuaram aceitando o dogma neoclássico da (des) igualdade, através da perfeita concorrência no micronível e excluindo da agenda o desenvolvimento mundial e do Terceiro Mundo.”

O conceito *centro - periferia*, uma das contribuições teóricas de maior importância de Prebisch, aparece pela primeira vez nesta etapa, segundo Hopenhayn em *Memoria de la Primera Reunión de Técnicos sobre Problemas de Banca Central del Continente Americano*. A origem deste conceito, para Filippo (1988, p.166), reside “na divisão internacional do trabalho herdada da Revolução Industrial. As economias centrais, que geram seu próprio progresso técnico, interagem com a periferia produtora de bens primários.”

O conceito *centro - periferia* deve-se à concepção de que o desenvolvimento da economia mundial é um processo assimétrico que tem por função dois fatores:

O primeiro é em virtude da conhecida lei de Engel, a elasticidade-renda da demanda de bens primários no geral é inferior a das manufaturas. O segundo, é o processo de desenvolvimento tecnológico das atividades industriais que conduz a uma redução do conteúdo de bens primários por unidade de produto industrial final. (ibid., p.166)

Esta etapa, anterior ao seu período na CEPAL, será discutida neste capítulo sob dois enfoques: 1) a trajetória histórica da categoria



*subdesenvolvimento* ; e 2) o questionamento dos preceitos teóricos ortodoxos que sustentaram o modelo de desenvolvimento denominado *hacia afuera*.

## 1.2 Construção da categoria subdesenvolvimento

A idéia de desenvolvimento econômico e progresso é muito antiga e sempre exerceu uma grande influência na cultura ocidental. Os conceitos de desenvolvimento e progresso são sinônimos, e determinar como e onde se originaram não é nada fácil. O que se tem são registros de alguns desenvolvimentistas famosos. Frank (1991, p.20) cita o

imperador chinês, Quin Schi Huang-di, que em 220 antes de Cristo mandou cortar as rodas do mesmo tamanho para estimular a estandardização e a intercambialização das partes (como o fariam Colte e Ford milênios mais tarde). Pedro El Grande, que queria “desenvolver” a Rússia; Stálin fez o mesmo esforço e utilizou muitos dos mesmos meios.

Ao definir desenvolvimento, Prebisch recorre à idéia de progresso técnico e seus frutos.

Para Santos (1991, p. 14), a teoria do desenvolvimento contou com um instrumental teórico muito importante: a teoria sociológica da modernização de Weber e Durkheim. A burguesia do final do século XIX e do início do século XX

tinha estabelecido um esquema dual de compreensão do mundo, que apoiava-se no indivíduo racional.

este pensamento partia de uma filosofia da história que supunha ser este tipo de conduta "racional" um modelo superior de formação social que se imporia sobre toda a humanidade. O estudo dos povos tradicionais que não se ajustavam a esta racionalidade teve inicialmente um caráter estático, cujo objetivo fundamental era definir as diferenças essenciais entre o tradicional e o moderno. (ibid., p. 14)

Contudo para os economistas políticos a questão do desenvolvimento foi de máxima importância. Seus representantes mais significativos como Smith, Ricardo e Malthus tinham como preocupação combinar distribuição equitativa com alocação eficiente. Segundo Blomström e Hettne (1990, p. 17),

alguns problemas com os quais se deparou a escola clássica encontram-se, nas discussões modernas da teoria do desenvolvimento. Adam Smith (apud Frank 1991, p. 20), por exemplo, proporciona uma profunda discussão acerca das causas do incremento da produtividade, a qual relaciona com a divisão do trabalho e com o tamanho do mercado.

Porém para Santos (1991, p. 19), nos anos 50 do século XX a teoria do desenvolvimento constituiu-se um campo específico de estudos, em função dos movimentos de libertação nacional nas colônias e dos investimentos das empresas multinacionais nos países dependentes. Esta teoria poderia contar com

alguns antecedentes teóricos, dentre os quais destacam-se:

a descoberta dos mecanismos de “propagação dos gastos estatais” como reanimadores do sistema produtivo, como criadores de emprego e de nova procura pareciam poder aplicar-se aos países atrasados, induzindo aí um crescimento econômico que conduziria à modernização da sociedade.

A Grande Depressão permitiu com a macroeconomia keynesiana, segundo Blomström e Hettne (1990, p.23), “o retorno aos problemas macroeconômicos como chave principal para a economia.”

Para Dowbor (1993, p.10),

na falta de um aparelho conceitual específico e adequado à realidade do Terceiro Mundo, os economistas recorreram de maneira geral a uma transposição da ciência econômica existente, criada em função da problemática dos países industrializados, para explicar problemas de subdesenvolvimento.

Os keynesianos excluíram de sua agenda o desenvolvimento mundial e o Terceiro Mundo, conforme Frank (1991, p. 20). As hipóteses keynesianas não se aplicavam ao contexto latino-americano em função de ser um mundo não industrializado, de rigidez institucional e de carências tecnológicas. O instrumental teórico keynesiano limitava-se a estabelecer o pleno emprego no mundo industrializado e suas atenções dirigiam-se ao manejo da demanda efetiva,

mantendo de forma mais ou menos explícita a hipótese de uma produção que responde com grande elasticidade as variações da demanda.

a política macroeconômica da demanda deve despojar-se dela mesma do suposto irreal de uma curva de oferta, a qual é infinitamente elástica, até que chega à inelasticidade total quando alcança um nível mítico de pleno emprego (assim interpretado pelos partidários da oferta na direita reagniana e na esquerda marxista). (Frank, 1991)

Blomström e Hettne (1990, p. 23) ressaltam que o que interessava a Keynes eram os problemas de estabilização a curto prazo “uma vez que os problemas do subdesenvolvimento são radicalmente diferentes dos apresentados na Depressão, Keynes não contribuiu diretamente para a teoria do desenvolvimento.”

No final dos anos 50, ressurgiu o novo pensamento desenvolvimentista como uma resposta às ambições americanas que se estendiam para o ex-mundo colonial do sul, para o verdadeiro e velho colonialismo ocidental e para o novo colonialismo e imperialismo do Leste europeu. Os americanos queriam evitar a repetição da vitória comunista na China, que em 1949 contava com um quarto da população mundial. Desenvolveram alternativas mais inofensivas para os problemas do subdesenvolvimento econômico.

Nesta época, consonante em Mallorquín (1998, p.29), “a produtividade discursiva no campo da teoria do desenvolvimento e no da Política Econômica na época de pós-guerra, alcançou tal ritmo que dificilmente conseguirá ser superado no âmbito das ciências sociais.” Meier (apud Mallorquín 1998, p. 29) frisa que,

os artigos sobre este tópico se triplicaram entre 1954 e 1964; (...) a "Comissão Brandt" em sua revisão internacional da política e prática do desenvolvimento (...) calculou que 6.000 reuniões internacionais a cada ano em Nova York e Gênova resultaram em cerca de um milhão de páginas documentadas.

Criaram-se vários modelos de inspiração neoclássica como o de Harrod-Domar , Solow , Sraffa, e Rostow que se propunham buscar e definir mecanismos explanatórios voltados para as economias retardatárias. O principal problema destes modelos conforme Blomström e Hettne (1990, p. 23), "era como o mecanismo de mercado poderia distribuir de forma ótima os recursos na sociedade."

O modelo de crescimento Harrod-Domar teve uma grande influência sobre as teorias de desenvolvimento durante os anos 50. Seus autores, Evsey Domar e Roy Harrod demonstraram a estreita relação entre taxa de crescimento da economia de um lado e taxa de poupança e investimento de outro. Desenvolvimento e crescimento eram considerados como sinônimos e o problema do subdesenvolvimento era caracterizado como um problema de escassez de capital.

Na década de 50, a teoria do desenvolvimento alcançou seu ponto mais radical e ao mesmo tempo mais divulgado com a obra de Rostow, segundo Santos (1991, p. 15)

seu livro se chamava "um manifesto anticomunista" e não ocultava seu objetivo ideológico. Tratava de demonstrar que o início do

desenvolvimento não dependia de um Estado revolucionário, como havia ocorrido na URSS e sim de um conjunto de medidas econômicas tomadas por qualquer Estado Nacional que assumisse uma ideologia desenvolvimentista (ibid., p. 15)

De acordo com a doutrina de Rostow (1974, p. 16), havia cinco etapas através das quais teriam que passar todas as sociedades para alcançar um crescimento econômico autosustentado: 1. A sociedade tradicional; 2. As pré-condições para o arranque; 3. O arranque; 4. A marcha para a maturidade; e 5. A sociedade de consumo em massa.

Na primeira etapa do desenvolvimento, as sociedades tradicionais

são aquelas cuja estrutura se expande dentro de funções de produção limitadas, baseadas em uma ciência e tecnologia pré-newtoniana, assim como em atitudes pré-newtonianas diante do mundo físico. Newton é aqui tomado como um símbolo daquele divisor de águas da História após o qual os homens passaram a crer, de maneira predominante, que o mundo exterior estava sujeito a umas quantas leis cognoscíveis e que era suscetível de manipulação produtiva sistemática. (ibid. , p.16)

A segunda etapa “abarca sociedades em pleno processo de transição; isto é, o período em que as precondições para o arranco se estabelecem”. Nesta etapa, “dissemina-se a idéia de que não só é possível o progresso econômico, mas também que ele é condição indispensável para uma outra finalidade considerada benéfica: seja ela a dignidade nacional, o lucro privado, o bem-estar

geral, ou uma vida melhor para os filhos. (ibid., p.17)

Na terceira etapa, o arranco,

o desenvolvimento passa a ser sua situação normal. (...) Novas indústrias se expandem rapidamente, dando lucros dos quais grande parte é reinvestida em novas instalações, e estas novas indústrias, por sua vez, estimulam, graças à necessidade aceleradamente crescente de operários, de serviços para apoiá-las e de outros bens manufaturados, uma ulterior expansão de áreas urbanas e de outras instalações modernas. (ibid., p.17)

A quarta etapa, a marcha para a maturidade, concretiza-se quando “a economia encontra seu lugar no panorama internacional: bens anteriormente importados são produzidos localmente; aparecem novas necessidades de importação, assim como novos artigos de exportação para se contraporem.” (ibid., p. 20)

A quinta e última etapa, a era do consumo em massa, duas coisas aconteceram “a renda real por pessoa elevou-se a um ponto em que maior número de pessoas conseguiu, como consumidores, ultrapassar as necessidades mínimas de alimentação, habitação e vestuário.” (ibid., p. 21)

Prebisch desenvolve como dirigente da CEPAL instrumental analítico independente dos concebidos pelas teses conservadoras e neoclássicas. Inicia-se, com sua obra, a construção de uma teoria econômica do Terceiro Mundo, que, para Dowbor (1993, p. 12) significava “uma resposta na estruturação progressiva do movimento dos economistas do Terceiro Mundo, que buscam respostas

adequadas – e não cópias mal adaptadas – ao drama do subdesenvolvimento.”

As limitações da doutrina de Rostow foram discutidas por André Counter Frank que considera difícil encontrar na realidade as etapas mencionadas por Rostow.

Para Frank (apud Blomström e Hettner, 1990, p.75)

“as etapas e as teses de Rostow são incorretas, em primeiro lugar, porque não correspondem a realidade do passado ou do presente dos países subdesenvolvidos cujo desenvolvimento se supõe que elas [as etapas] guiam. Está explícito em Rostow e implícito em Hoselitz que o subdesenvolvimento é a etapa original do que supostamente são as sociedades tradicionais; e que não houve etapas precursoras da presente etapa do subdesenvolvimento. Logo, está explícito em Rostow que as sociedades hoje desenvolvidas alguma vez foram subdesenvolvidas. Pois tudo isto é completamente contrário aos fatos.”

Frank considera que o subdesenvolvimento foi uma condição criada e não uma etapa original como destacou Rostow. Cita como exemplos os efeitos destrutivos do comércio de escravos nas sociedades africanas e a destruição das civilizações indígenas na América Central e na América do Sul.

Para Prebisch (apud Furtado, 1990, p.11) “o subdesenvolvimento provém da concentração do progresso técnico em atividades exportadoras (de produtos primários) dando origem a estruturas sociais heterogêneas, nas quais grande parte da população não tem acesso aos benefícios do desenvolvimento”.



O progresso técnico só penetra onde é necessário produzir alimentos e matérias-primas a baixo custo, com destino aos grandes centros industriais. Na sua concepção o caráter excludente e conflitivo do capitalismo periférico está no jogo de relações de poder que determina a forma de apropriação e distribuição da produtividade na heterogênea estrutura social.

A expressão *heterogeneidade estrutural*, criada por Aníbal Pinto (1998, p. 550), nos anos 60, “compreendia um grande excedente real e potencial de mão-de-obra, e uma baixa produtividade média per capita que reduzia a possibilidade de elevar as taxas de poupança nessas economias, limitando a acumulação de capital e o crescimento.”

Na concepção de Sunkel (1988, p. 509), o subdesenvolvimento e o desenvolvimento são dois enfoques de um mesmo processo universal, historicamente simultâneos e vinculados funcionalmente.

sua expressão geográfica concretiza-se em duas grandes polarizações; uma a polarização do mundo entre os países industriais, avançados, desenvolvidos, centros, e os países subdesenvolvidos, atrasados, pobres, periféricos e dependentes, outra uma polarização dentro dos países no espaços, grupos sociais e nas atividades avançadas e modernas, e nos espaços, nos grupos e nas atividades atrasadas, primitivas, marginalizadas e dependentes. O subdesenvolvimento e o desenvolvimento podem ser compreendidos, então, como estruturas opostas, porém interdependentes, pois formam um sistema único. (ib., p. 509)

O pragmatismo norte-americano considera que o desenvolvimento significa desenvolvimento econômico, e este, é o crescimento econômico. Para eles, os norte-americanos, o crescimento econômico é medido pelo produto per capita.

Para Baran (1986, p. 42), "o desenvolvimento econômico das nações subdesenvolvidas é profundamente contrário aos interesses dominantes dos países capitalistas adiantados."

Considera que o mundo subdesenvolvido

sempre representou o "interior" indispensável ao ocidente capitalista atualmente desenvolvido, pois as nações que fazem parte desse mundo suprem os países industrializados de muitas matérias-primas importantes, e proporcionam às grandes empresas enormes lucros e áreas para investimento.

### **1.3 O modelo de desenvolvimento *hacia afuera***

O pensamento econômico dominante fundava sua análise na teoria das vantagens comparativas, de Ricardo (1982, p. 104) para quem

num sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e trabalho à atividade que lhe seja mais benéfico; (...) Este é o princípio que determina que o vinho seja produtivo na França e em

Portugal, que o trigo seja cultivado na América e na Polônia, e que as ferramentas e outros bens sejam manufaturados na Inglaterra.

Nessas condições, América Latina não precisava e não devia industrializar-se, pois produziria com menor eficiência e perderia as vantagens comparativas que o comércio de produtos primários proporcionava-lhe. Neste esquema, o crescimento da América Latina dependeria do comportamento da demanda externa de produtos primários, já que sua atividade industrial reduzia-se a poucos setores de baixa produtividade.

O resultado foi uma sociedade com fortes desequilíbrios sociais. A América Latina passou a ser caracterizada como uma região subdesenvolvida. Para Santos (1987, p. 158) “este subdesenvolvimento produziu-se pela sobrevivência de uma economia e uma sociedade feudais, ao lado de uma economia exportadora e monocultora, cujo desenvolvimento iniciou-se no século XIX e caracterizou-se como um tipo de desenvolvimento ‘*hacia afuera*’, isto é, um desenvolvimento baseado na exportação de produtos primários e na importação de produtos manufaturados.”

Tavares (1988, p. 210) ao descrever as características principais do modelo *hacia afuera*, destaca a importância do setor exportador: “as exportações não só eram praticamente o único componente autônomo de crescimento da renda como representavam o centro dinâmico de toda a economia.”

Prebisch, (citado por Filippo 1988, p. 166),

concebia o desenvolvimento da economia mundial como um processo assimétrico em função de dois fatores: o primeiro, em virtude da Lei de

Engel a qual diz que a elasticidade da renda da demanda de bens primários é em geral inferior a das manufaturas e a de seus múltiplos serviços; e o segundo, deve-se ao processo de desenvolvimento tecnológico das atividades industriais que reduz a quantidade de bens primários por unidade de produto industrial final.

O modelo *hacia afuera* caracteriza-se pela concentração de renda provocada pelos investimentos estrangeiros. Estes penetram preferencialmente nas atividades relacionadas, de uma forma ou outra, com a exportação de alimentos e matérias-primas, originando uma estrutura social heterogênea, caracterizada pelo predomínio do setor primário, por forte concentração de renda, por pouca diferenciação do sistema produtivo e, sobretudo, pelo predomínio do mercado externo sobre o interno.

Gurrieri (1982, p.183) afirma que Prebisch considera os investimentos estrangeiros como enclaves nos países subdesenvolvidos:

a estrutura social herdada dos tempos de desenvolvimento para fora associava-se àquele tipo característico de investimento estrangeiro destinado, em grande parte, a servir de uma ou outra forma aos interesses dos grandes centros. Era uma prolongação destes e continuava explorando e dando preferência aos recursos minerais, às atividades exportadoras e conexas e às concessões de serviços públicos.

Prebisch (1963, p. 158) explica que este investimento estrangeiro foi introduzido lenta e irregularmente nos tempo do crescimento para fora, resultando

em uma estrutura social marcada pela extrema desigualdade. Ainda em sua concepção, este investimento

aconteceu, principalmente, nas atividades exportadoras. Deu-se, geralmente, em formas simples e compatíveis com uma estrutura social baseada no preparo da terra e em sua exploração extensiva. E, também, em formas complexas, porém nestes casos as atividades em que ocorria, longe de adaptar-se a vida latino-americana, formaram, em geral, núcleos estrangeiros, especialmente na exploração dos recursos naturais.

#### **1.4 Rompimento com o pensamento neoclássico**

Na segunda metade do século XIX, sob inspiração de Adam Smith, os neoclássicos com precisão e elegância matemática, sistematizaram as idéias fundamentais de seus precursores clássicos. A base de suas construções teóricas é fundamentada no seguinte:

o empresário individual, impulsionado pelo incentivo de lucro, que introduz inovações técnicas e que aumentam a produtividade e reduzem os custos. Em um regime de concorrência, outros empresários empenham-se em fazer o mesmo. Deste modo, acrescenta-se a produção e isto resulta na queda dos preços, ou seja, o fruto do progresso técnico transfere-se aos consumidores e tende-se a chegar a uma posição de equilíbrio na qual o lucro desaparece, caindo a remuneração

dos empresários. (Prebisch, 1981, p. 164)

Tanto no plano das discussões acadêmicas como na condução da Política Econômica, Prebisch deixou-se seduzir em sua juventude pela força persuasiva destas idéias:

Confesso que me nutri deste pensamento e como jovem professor universitário nos anos 20 divulguei estas idéias. E até cheguei a traduzir então um pequeno livro italiano de um brilhante discípulo de Vilfredo Pareto, *Princípios de economia*, de Enrico Barone, na qual divulguei com lúcida clareza a teoria do equilíbrio geral. (ibid., p. 162)

A crise dos anos 30 e a Segunda Guerra Mundial o convenceram de que com o instrumental ortodoxo não era possível solucionar teórica ou praticamente os problemas da realidade periférica. Esta corrente teórica, não oferecia explicações convincentes para a grande depressão, já que suas construções abstratas eliminam, por assepsia doutrinária, aspectos culturais e políticos presentes no funcionamento contraditório do capitalismo latino-americano. (ibid., p. 162)

Prebisch considera que a fundamentação das idéias neoclássicas com rigor matemático, ignora toda construção teórica alternativa, cujos autores são chamados pejorativamente de *economistas literários*. No seu entendimento, quando "suas idéias foram elaboradas pareciam representar um avanço científico significativo, consideradas à luz da evolução capitalista, pressupõem uma

verdadeira aberração científica, sobretudo quando se trata de interpretar os fenômenos da periferia.” (ibid., p. 161)

Reconhece que seu fundamento básico, o raciocínio da mão invisível de Adam Smith é intocável do ponto de vista das empresas isoladas. Porém, quando se trata do conjunto de empresas não se verifica o aumento da oferta e diminuição de preços. Isto se deve a todo um caminho existente no processo produtivo. O aumento da oferta não é instantâneo em função da necessidade de certo tempo, desde a produção da matéria-prima até o produto final.

Para Prebisch (ibid., p. 164) “durante este processo, destinado a produzir bens futuros, as empresas pagam à força de trabalho quantias superiores às já pagas anteriormente, que constituem o custo da oferta de bens presentes.” A demanda global aumenta em função dos salários elevados, permitindo assim, que o fruto do incremento da produtividade seja absorvido pelas empresas sem que os preços baixem. Prebisch (ibid., p. 165) continua seu raciocínio da seguinte forma:

esta maior demanda expressa-se mediante a criação de dinheiro pelo sistema bancário, e quando a oferta de bens finais chega ao mercado, as empresas recuperam não só o dinheiro que antes haviam pago para obter a oferta, como também o incremento de dinheiro com que pagam os salários correspondentes ao acréscimo da produção no processo que se está desenvolvendo. Este incremento de dinheiro volta às empresas como lucro, e assim elas podem apropriar-se do fruto da crescente produtividade.

Não há dúvidas, de que a expansão monetária assume um importante papel na sustentação dos preços, do incremento das rendas e da expansão da demanda. Prebisch ressalta que,

as teorias neoclássicas não consideram a expansão monetária que acompanha a crescente produção no processo supracitado. Se não houvesse tal expansão, os preços baixariam conforme o aumento da produtividade. E se por suas combinações as empresas impedissem a baixa, haveria menor demanda para estes bens, e os preços cairiam mais que o aumento de produtividade, isto é, abaixo do custo de produção, o qual seria insustentável. (ibid., p. 165)

Segundo os neoclássicos, se os preços não baixam devem-se as imperfeições do mercado (combinações monopólicas ou oligopólicas das empresas). Eles destacam outra forma de a economia alcançar o equilíbrio:

o incentivo de maiores lucros induz as empresas a elevar a produção, para o qual necessitam aumentar o emprego. As empresas competem desta maneira entre elas para procurar esta força de trabalho adicional. E esta concorrência tem a virtude de elevar as remunerações à custa do lucro. Desta maneira se tem o equilíbrio. Em consequência, se é correto afirmar que o lucro não desaparece pela diminuição dos preços, terminará por se eliminar graças ao aumento das remunerações, entre elas a remuneração dos empresários.



Para Prebisch (1979, p. 172), as teorias neoclássicas revelam sua debilidade quando procuram explicar a distribuição de renda, a acumulação de capital e o papel do mercado no que se refere ao desenvolvimento interno e ao intercâmbio internacional da periferia capitalista:

os economistas neoclássicos se limitaram a elevar suas construções no mundo etéreo, sem pretender que esta é a realidade, isto constituiria uma respeitável distração intelectual, admirável pelo virtuosismo de alguns de seus eminentes expositores além dos mares, pois outra é a situação quando nestas terras periféricas pretende-se explicar o desenvolvimento prescindindo da estrutura social, do atraso histórico do desenvolvimento periférico, do excedente e de todas as características do capitalismo periférico.

## 2 A SEGUNDA ETAPA: O SISTEMA CENTRO - PERIFERIA

### 2.1 Primeiro período na CEPAL

Esta etapa inicia-se em 1949, quando Prebisch assume a Secretaria Executiva da CEPAL e termina ao final da década de 50. Ele reconhece que suas idéias já haviam atingido a maturidade, “de modo que pude cristalizá-las em vários estudos publicados, em princípios dos anos 50, nos quais apresentei um diagnóstico dos problemas e sugeri políticas que contrariavam as propostas da escola ortodoxa.” (Prebisch, 1987, p. 14)

Suas idéias gerais sobre subdesenvolvimento encontram-se nesta etapa, em três documentos chaves: *El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas (1949)*; *El estudio económico de la América Latina, 1949 (1950)*, e *Problemas teóricos y prácticos del crecimiento económico (1951)*.

A importância destes documentos na construção de uma teoria do desenvolvimento, segundo Bielschowsky (1998, p. 20), deve-se à força explicativa de seu corpo analítico, capaz de produzir políticas econômicas voltadas para a realidade latino americana. A partir das desigualdades distributivas do progresso técnico, entre produtores e exportadores de bens manufaturados e produtores e exportadores de produtos primários formula-se um instrumental analítico específico para a realidade latino americana.

De acordo com o pensamento ortodoxo, fundamentado na divisão internacional do trabalho, o mercado removeria os obstáculos ao desenvolvimento e a economia alcançaria a prosperidade com justiça distributiva. As leis do

mercado, quando deixadas livremente, distribuiriam os frutos do progresso técnico equitativamente entre as economias, pelo aumento de remunerações ou diminuição de preços.

Todavia, segundo Prebisch (1988, p.206),

os benefícios do aumento da produtividade que o progresso técnico dos centros trouxe consigo não se difundiram para o resto do mundo mediante a queda dos preços das manufaturas, e sim manifestaram-se nos mesmos centros com o acréscimo na renda, na demanda de bens e serviços, acarretando a acumulação de capital. A demanda de bens primários produzidos pela periferia também avolumou-se neste processo, e o aumento correspondente de renda deslocou-se para os centros na procura de bens manufaturados.

O sistema econômico na periferia funciona de uma maneira muito diferente da concepção ortodoxa. O progresso técnico concentra-se apenas no setor exportador, gerando uma estrutura produtiva com grandes diferenças de produtividade. Isto gera privilégios distributivos que consolidam uma estrutura social marcada pela extrema desigualdade. Esta contradição é desconsiderada pela ortodoxia em suas análises, que falham ao considerar que o crescimento da produtividade na periferia implicaria em aumento de remunerações, eliminando as desigualdades sociais.

Ainda sob a ótica de Bielschowsky (ibid., p.20), este instrumental contém "tanto a análise da inserção internacional das economias periféricas e da vulnerabilidade externa conseguinte, como a análise das condições problemáticas

e das tendências 'perversas' com que se processa internamente o crescimento econômico na periferia latino-americana."

Para Prebisch (1949, apud Bielschowsky, 1987, p. 14),

o sistema de relações econômicas internacionais trouxe consigo uma exagerada absorção de renda da periferia para os países centrais. A discussão das causas e a dinâmica desta desigualdade implicaria desenvolver uma proposição alternativa para a periferia capitalista que leve em consideração algumas de suas manifestações "tais como a disparidade da elasticidade da demanda de importações entre centro e periferia e a tendência para a deterioração das condições de troca das exportações de produtos primários."

Desenvolve-se, assim, um conjunto de idéias gerais sobre subdesenvolvimento denominado *centro - periferia*, explicando a difusão do progresso técnico entre os países centrais ou desenvolvidos e os países da periferia ou subdesenvolvidos.

Neste par de conceitos está implícita a idéia de um desenvolvimento desigual originário. Rodriguez (1981, p. 37) salienta que, "consideram-se centros as economias em que penetraram primeiro as técnicas capitalistas de produção. A periferia está constituída pelas economias cuja produção permanece inicialmente atrasada, do ponto de vista tecnológico e organizativo."

Conforme Prebisch (1949, apud Bielschowsky, 1998, p. 133),

a propagação universal do progresso técnico a partir dos países originários para o resto do mundo tem sido relativamente lenta e irregular desde a Revolução Industrial até a primeira guerra, as novas formas de produzir em que a técnica vem manifestando-se incessantemente só tem atingido uma proporção reduzida da população mundial.

O resultado é o desenvolvimento de um sistema de relações econômicas internacionais, em que a dinâmica do progresso origina-se e propaga-se do centro para a periferia produzindo duas polarizações. Uma, entre centro e periferia em função de o centro reter a maior parte dos frutos do progresso técnico tanto do centro como da periferia. Outra, a polarização interna, devido a penetração do progresso técnico somente nos setores de exportação de produtos primários.

As interpretações latino-americanas do subdesenvolvimento, vinculadas à corrente estruturalista entendem o subdesenvolvimento não como ausência de crescimento econômico, segundo Rodriguez (1977), mas “consideram a existência de um sistema econômico único, cuja evolução bipolar gera desenvolvimento nos centros e subdesenvolvimento na periferia.”

Para os estruturalistas, o subdesenvolvimento é resultado das relações das economias periféricas com as economias centrais, que produzem na periferia transformações estruturais em função das diferenças não só em relação ao grau de penetração e difusão do avanço técnico, mas também aos níveis de produtividade do trabalho e renda real média.

Apesar de o conceito *centro - periferia* ser formulado nos anos 40, os teóricos latino-americanos divergem em suas interpretações quanto suas origens e bases conceituais. Mallorquín (1998, p.34) considera que, “de maneira

preponderante, a paternidade teórica daquilo que corresponde ao pensamento 'estruturalista' o sistema *centro - periferia* atribue-se a Raúl Prebisch."

Rodriguez (1981, p. 42) distingue o conceito *centro - periferia* de outro par de conceitos paralelos: o desenvolvimento e subdesenvolvimento. A seu ver, "os primeiros são alusivos à estrutura do comércio mundial, caracterizada pelo intercâmbio de manufaturas por matérias-primas, ao passo que os outros dois se referem às diferenças de estrutura econômica entre países avançados e países atrasados."

## 2.2 A importância da formulação

A concepção *centro - periferia* e particularmente a *deterioração dos termos de troca*, constituem a contribuição teórica de maior importância desenvolvida por Prebisch. Originaram-se do exame crítico do pensamento econômico dominante, que negava a industrialização dos países periféricos, em função de perderem as vantagens comparativas de custo que o comércio lhes proporcionava.

Fundamentado no princípio das vantagens comparativas de Ricardo, o pensamento econômico dominante assegurava que o comércio internacional eliminaria as desigualdades na distribuição de renda, difundindo os benefícios do progresso técnico para as diferentes regiões do mundo. A partir da análise destes postulados, frente à realidade periférica, Prebisch em *Manifesto Latino-americano* denuncia a existência de um esquema anacrônico de intercâmbio, inerente a

divisão internacional de trabalho, que concentra o progresso técnico nos países industrializados e atende apenas os interesses dos países centrais.

Neste processo de propagação do progresso técnico está implícita a idéia de um desenvolvimento desigual, originado de um sistema de relações internacionais, denominado *centro - periferia*. Esta diferenciação estrutural é resultado da lenta propagação do progresso técnico e perpetua-se pela divisão internacional do trabalho.

Ao publicar *Capitalismo Periférico, Crise e Transformação*, em 1981, Prebisch (apud Reyno, 1990, p. 24) afirma que,

tomou como ponto de partida a consideração segundo a qual o capitalismo periférico era parte integrante do sistema mundial, ordenado de acordo com o esquema pretérito da divisão internacional do trabalho e das vantagens comparativas. Capitalismo subsidiário, apendicular, subordinado aos interesses dos países avançados sob o signo de sua hegemonia e do império das leis do mercado.

Do ponto de vista histórico o conceito *centro - periferia*, segundo Gurrieri (1982, p.15), “tem uma enorme importância teórica e prática, pois refuta a justificação básica tanto da teoria clássica da divisão internacional do trabalho como do padrão histórico de desenvolvimento baseado nas exportações primárias que haviam dominado a América Latina até a crise de 1929.”

O conceito *centro - periferia* com o tempo transformou-se em peça chave do *corpus teórico* desenvolvimentista latino-americano, pela sua visão

globalizadora da economia capitalista e sua capacidade de oferecer um paradigma geral aplicável para as economias retardatárias.

Para Reyno (1990, p. 25), o conceito centro - periferia não parte de uma comparação de situações, e sim da análise da relação entre ambos grupos de países.

O exame destas relações, que Prebisch (1949, apud Bielschowsky, 1998, p. 75) denomina tendência para a deterioração dos termos de troca, e que é inerente ao intercâmbio de bens primários de exportação da periferia com bens industriais de importação dos centros, configuram uma limitação objetiva ao crescimento das economias periféricas.

Prebisch demonstra estatisticamente em seu clássico manifesto de 1949, que o poder de compra de produtos manufaturados para as economias exportadoras de produtos primários reduz-se com o transcorrer do tempo.

Os dados empíricos revelam

que desde os anos 70 do século passado, até antes da Segunda Guerra Mundial, a relação de preços tem-se movido constantemente contra a produção primária. É de lamentar que os índices de preços não reflitam as variações de qualidade ocorridas nos produtos finais. (...) Nos anos 30, só se comprava 63% dos produtos finais da indústria que se comparavam, aos anos 60 do século passado, com a mesma quantidade de produtos primários. (Prebisch, 1949, apud Bielschowsky, 1998, p.75)



Relação entre os preços dos produtos primários e dos artigos finais da indústria (preços médios de importação e exportação, respectivamente, de acordo com os dados da Câmara de Comércio). ( base: 1876 – 1880 = 100)

PERÍODO	QUANTIDADE DE PRODUTOS FINAIS DA INDÚSTRIA QUE PODEM SER OBTIDOS COM DETERMINADA QUANTIDADE DE PRODUTOS PRIMÁRIOS
1876-80	100
1881-85	102,4
1886-90	96,3
1891-95	90,1
1896-1900	87,1
1901-05	84,6
1906-10	85,8
1911-13	85,8
1921-25	67,3
1926-30	73,3
1931-35	62,0
1936-39	64,1
1946-47	68,7

Fonte: Organização das Nações Unidas.

A produtividade industrial aumenta mais que a primária, a queda na relação de preços implica que as rendas reais médias estarão se diferenciando e, em especial, que a periferia estará crescendo em ritmo menor que a produtividade do trabalho.

Como a produtividade também cresce mais no centro, a deterioração da relação de preços implica em uma disparidade na evolução das rendas por unidade de trabalho favorável aos centros.

Para Rodriguez (1977, p.206), a deterioração dos termos de troca assume outro significado. Admite que

as perdas nas relações de troca implicam que nas economias periféricas a renda média aumente menos que a produtividade do trabalho ou, em outras palavras, que as economias *perdem* parte dos frutos de seu próprio progresso técnico, transferindo-os parcialmente aos grandes centros. Segundo deduz-se, esta transferência pode ser pouco relevante para as economias centrais, pois terá normalmente um sensível efeito negativo sobre o desenvolvimento das economias que compõem a periferia do sistema econômico mundial.

### **2.3 A primeira formulação da deterioração dos termos de troca: o ciclo econômico e os preços das exportações primárias**

Em seus textos inaugurais, Prebisch usava o termo *centro cíclico principal* para explicar a deterioração dos termos de troca, vinculando os preços das

exportações latino-americanas ao movimento cíclico das economias capitalistas. Posteriormente, utiliza o termo *tendências de longo prazo* para explicar o comportamento dos preços.

As relações entre ciclo econômico e exportações primárias foram analisadas em dois documentos que marcaram o início de suas atividades na CEPAL: *El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas* e *Crecimiento, desequilibrio y disparidades: interpretación del proceso de desarrollo económico*. Estes documentos foram incluídos no *Estudio Económico de la América Latina*, em 1949.

Para Prebisch (1982, p. 16), as grandes disparidades de renda entre centro e periferia explicam-se pela índole centrípeta do capitalismo avançado. A explicação da dinâmica centrípeta dos países avançados “provêm, em última instância, de um fenômeno persistente no desenvolvimento daqueles, que retêm o fruto de seu progresso técnico ao longo de sua evolução histórica. Para bem ou para mal o capitalismo não tem funcionado como o supõem as teorias convencionais”.

Durante o movimento, cíclico vão-se operando as grandes diferenças de renda entre as economias, em função da inferioridade técnica e econômica da periferia. Como o ciclo tem sido na realidade a forma de crescer da economia capitalista, surge, assim, o conceito

de um centro dinâmico principal que transmite seus impulsos a uma periferia. Impulso de expansão cíclica seguido periodicamente de movimentos de contração. Aos centros correspondia um papel ativo, a

periferia um papel passivo nestes movimentos ondulatórios da economia, se bem que a reação periférica na fase descendente do ciclo contribuía para a recuperação da atividade dos centros, dando lugar a novos impulsos.

Prebisch (apud Reyno 1990, p. 25) restringe o alcance explicativo deste conceito ao afirmar

que não pretendeu em nenhum momento construir uma teoria do ciclo periférico, mas apontar elementos teóricos que eram necessários inserir em uma teoria geral do ciclo para dar-lhe validade universal. Elementos teóricos em que a noção de tempo assim como a de espaço tem primordial importância. No desenvolvimento do conceito *centro - periferia* procurou abordar o movimento cíclico como a forma típica de crescimento das economias capitalistas, surgindo, daí, os primeiros elementos do esquema teórico *centro - periferia* que foi enriquecendo e modificando-se ao longo do tempo.

Apesar de o progresso técnico ser mais acentuado na indústria do que na produção primária, os preços não se comportam, segundo a teoria supõe, ante uma situação deste tipo. Pelo contrário, a relação de preços tem-se movido de forma adversa para a periferia.

Para Prebisch (1990, p. 25) "apesar de um maior progresso técnico na indústria que na produção primária, a relação de preços tem piorado para esta, em

vez de melhorar, parece que a renda média por homem tem crescido nos centros industriais mais intensamente que nos países produtores da periferia.”

Prebisch (1949, apud Bielschowsky, 1998, p. 80) ao relacionar este fenômeno com o movimento cíclico da economia e na forma como se manifesta nos centros e na periferia, constata “uma disparidade contínua entre a demanda e a oferta globais de artigo de consumo produzido nos centros cíclicos”.

Na fase crescente do ciclo, o excesso de demanda é corrigido pela alta de preços e transferido, este benefício, tanto aos empresários do centro como aos produtores primários da periferia. Na fase baixa do ciclo, o excesso de oferta é corrigido pela baixa dos preços.

Um fato típico desta fase, analisado por Prebisch (1949, apud Bielschowsky, 1998, p. 80), refere-se “ao curso crescente do ciclo, quando os preços primários tendem a subir mais intensamente que os preços das manufaturas, em virtude da forte proporção dos benefícios que se transferem à periferia.”

Como se explica o fato de que com o decorrer do tempo e através dos ciclos, as rendas no centro tem crescido mais do que na periferia? No modo de ver de Prebisch (1949, apud Bielschowsky, 1998, p. 80), não há contradição alguma entre ambos os fenômenos, “os preços primários sobem com mais rapidez do que os preços das manufaturas na fase crescente do ciclo, pois também descem mais que estes na fase decrescente, de tal forma que os preços das manufaturas afastam-se progressivamente dos preços primários através dos ciclos.”

Este fenômeno, que se desenvolve através dos ciclos, mostra a tendência contínua para a piora dos termos de troca. Na fase crescente do ciclo, tanto os

países centrais como os periféricos aumentam suas rendas, especialmente, a salarial. No caso dos países periféricos, a transferência para os salários é menor que nos países centrais devido à precária organização do setor sindical.

A desorganização característica das massas operárias na produção primária, especialmente na agricultura dos países da periferia, impede de conseguir aumentos de salários comparáveis aos vigentes nos países industriais ou mantê-los com amplitude semelhante. A compressão das rendas – sejam benefícios ou salários – é, pois menos difícil na periferia. (ibid., p. 80)

Na fase decrescente do ciclo não só os salários periféricos perdem mais do que haviam ganho na fase crescente, como o conjunto das economias periféricas, através da baixa de preços, transferem aos centros parte dos resultados obtidos com seu próprio progresso técnico.

Nesta mesma fase, a queda de preços, resultado do novo equilíbrio entre oferta e demanda, encontra resistência nos países centrais. De uma parte, há setores que resistem à baixa dos benefícios, de outra, e, principalmente, os salários são resistentes à baixa em função do poderio das organizações sindicais.

A maior capacidade das massas, nos centros cíclicos, para conseguir aumentos de salários na fase crescente e defender seu nível na fase decrescente, e a aptidão desses centros, pelo papel que desempenham no processo produtivo, para deslocar a pressão cíclica para a periferia, obrigando a comprimir suas rendas mais intensamente do que nos

centros, explicam por que as rendas destes tendem persistentemente a subir com mais força do que nos países da periferia, segundo a experiência na América Latina. (ibid., p. 80)

## **2.4 Tendência à deterioração sistemática dos termos de troca**

Segundo Di Filippo(1988, p. 1167), “ em sua formulação inicial Prebisch compartilhou com Hans Singer a idéia de deterioração dos termos de troca internacional dos produtos primários em relação com as manufaturas”.

A tese *Prebisch-Singer* postula a existência de uma tendência à deterioração sistemática dos termos de troca nos países exportadores de matérias-primas, devido à evolução tecnológica mais rápida das economias centrais.

Hans Singer era um dos expoentes do Departamento Econômico e Social da ONU que, em 1946, já apontava para a deterioração dos termos de intercâmbio para a periferia, que depois seria desenvolvida pela CEPAL.

A diminuição da proporção de matérias-primas no valor do produto final como consequência do avanço da técnica, comprova-se pela proporção menor de material empregado na fabricação de um avião, do que no caso de uma locomotiva ou de um carro de cavalos. No geral, segundo Prebisch (1949, apud Bielschowsky, 1998, p. 176), “o progresso técnico vem reduzindo a proporção em que os produtos primários intervêm no valor dos artigos manufaturados. Dito de

outro modo, vai diminuindo o conteúdo de produtos primários na renda real da população, especialmente nos grandes centros industriais.”

As consequências indiretas do avanço da técnica nos países centrais manifestam-se pelo incremento da produtividade e da renda per capita. Isto deve-se a, conforme Reyno (1990, p.31): “i) aumentos relativos cada vez menores na demanda de alimentos e j) aumentos cada vez maiores na demanda de serviços pessoais, com o qual os produtos primários participam cada vez menos na satisfação da demanda global.”

A combinação de todos estes fatores, para Prebisch (1949, apud Bielschowsky, 1998, p.177)

tem uma consequência de primordial importância para a periferia, pois em virtude delas as importações de produtos primários nos centros industriais tendem a crescer com menor intensidade do que a renda real. Em outros termos, a elasticidade - renda da demanda de importações primárias dos centros tendem a ser menores que a unidade.

A tudo isto agrega outros fatos que são também, em parte, consequência do progresso técnico dos países centrais

em sua própria produção primária e em muitos casos permitem-se competir favoravelmente nos mercados exteriores com a periferia, apesar de os mais baixos salários prevalecerem nesta. O aumento da produtividade nos centros industriais manifesta-se também em outros casos em que isto não ocorre, recorrem à proteção para manter ou



estimular a produção primária nos centros defendendo o mercado interno na concorrência da periferia. (Prebisch, 1952, apud Bielschowsky, 1983, p. 177)

Prebisch atribui a deterioração da relação de preços de troca: 1) a relativa lentidão do crescimento da demanda mundial de produtos primários comparada com produtos industriais; e 2) aos baixos salários do setor agrícola.

### 3 A TERCEIRA ETAPA: A INSUFICIÊNCIA DINÂMICA DO DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO E O FALSO DILEMA ENTRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E ESTABILIDADE MONETÁRIA

#### 3.1 Segundo período na CEPAL

Esta etapa inicia-se no final da década de 50 e termina no início dos anos 60, quando Prebisch deixa a CEPAL para assumir a Secretaria Geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).

Nesta etapa, sob a influência de José Medina Echavarría, amplia seu método de compreensão da realidade, incorporando as dimensões política e social à econômica. Passa a discutir os desequilíbrios sociais dentro da América Latina, em especial, o problema da concentração da renda.

Perguntava-se se sua atitude frente às disparidades de renda não formava um vestígio de sua anterior postura neoclássica, na qual se supunha que o crescimento econômico corrigiria por si só as grandes disparidades da renda através da ação do mercado.

Do ponto de vista teórico, esta terceira etapa do pensamento de Prebisch está marcada sobretudo pela identificação de problemas, cuja dimensão questiona o sistema, tanto do ponto de vista de sua eficiência como de sua equidade. Tais questionamentos refletem-se claramente em por *Uma dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. Segundo Prebisch (ibid., p. 63), o problema primordial do desenvolvimento latino-americano reside nos privilégios que debilitam consideravelmente o incentivo ao progresso técnico.

O problema da América Latina é

a renda pessoal que não guarda relação estreita com a contribuição efetiva de quem a recebe e o processo econômico e social. Estas formas de privilégio distributivo da riqueza e da renda tendem a debilitar os elementos dinâmicos, para empregar sua aptidão de luta e realização. Entre os que não chegam a incorporar-se ativamente ao sistema econômico pela insuficiência dinâmica deste, existe aqueles que terminam ressentidos pela sua própria frustração e o contraste de situações. (ibid., p. 63)

Em 1961 publica *O falso dilema entre desenvolvimento econômico e estabilidade monetária*, demonstrando que era possível conseguir a estabilidade monetária com crescimento econômico, dada que a inflação na América Latina não era causada por fenômenos monetários, mas sim por fatores estruturais (alto custo da substituição de importações, aumentos dos preços dos produtos agrícolas e importados etc.).

A tendência à inflação derivava, segundo Bielschowsky (1998, p.26), “tanto do desequilíbrio do balanço de pagamentos como das demais insuficiências que o processo de industrialização enfrenta nas economias pouco diversificadas (rigidez agrícola, escassez de energia e transporte etc.).”

As exigências de importações das economias latino-americanas que estavam em processo de industrialização têm resultado em sérios desequilíbrios estruturais do balanço de pagamentos. Dada a baixa elasticidade da demanda de

suas exportações, estas economias passam a sofrer pressão permanente para expandir as importações além do permitido pelo crescimento das exportações.

Ainda acompanhando Bielschowsky na p. 26 na qual explica que, "a maioria dos desenvolvimentistas rechaçam as políticas de estabilização que implicavam ajustes recessivos – simbolizadas pela atuação do Fundo Monetário Internacional na região – pois acreditam que estas obstruíam o desenvolvimento econômico em curso."

O Fundo Monetário Internacional (FMI) recomendava, diante da alta de preços e desequilíbrio externo, desvalorização cambial, e, para neutralizar os efeitos inflacionários desta medida, adota-se políticas fiscais e monetárias contracionistas.

A concepção estruturalista do processo inflacionário, segundo Rodriguez (1981, p. 184), originou-se a partir das críticas a estas políticas de caráter nitidamente monetarista recomendadas pelo FMI.

Para Bielschowsky (1998, p. 26),

os estruturalistas além de contra atacar com políticas heterodoxas – tipo de câmbio múltiplo, por exemplo – ofereciam, com a mencionada teorização de Noyola (1957) e Sunkel (1958), uma arma analítica que nesta época teve uma importante influência na postura que se opõem as recomendações de estabilização com ajuste recessivo.

Os estruturalistas entendem que a moeda expande-se quase sempre passivamente como resposta das autoridades monetárias à alta dos preços que é de origem estrutural, sendo, portanto, incorreto considerá-la como causa da

inflação. Visto desta maneira, o processo inflacionário pode ser contido, quando se altera as condições estruturais que o provocam, através de um esforço de crescimento contínuo e planejado. As políticas creditícias e fiscais restritivas não só fracassam no tratamento da inflação, como causam recessão e reforçam as tendências inflacionárias estruturais.

A experiência latino-americana vinha mostrando, segundo a avaliação estruturalista, que o uso daquele receituário não conduzia aos resultados desejados. Seu efeito era, em geral, reduzir o nível interno de renda e de emprego, com consequências negativas sobre a capacidade de arrecadação do Estado e sobre o déficit público.

### **3.2 A insuficiência dinâmica do desenvolvimento latino-americano**

Prebisch interpretava como insuficiência dinâmica do desenvolvimento latino-americano o lento crescimento que registrava a renda per capita e os baixos níveis de vida da metade da população da região. Sua avaliação não era só normativa, senão via na regressiva distribuição de renda e na estrutura social resultante um sério obstáculo ao progresso técnico e à acumulação do capital requerido para acelerar o crescimento e levar simultaneamente a cabo uma política redistributiva de consumo.

Sob a ótica de Prebisch (1963, p. 33) "a exígua taxa de cerca de um por cento anual, com que vem crescendo desde meados do decênio anterior a renda

por habitante na América Latina é prova concludente da insuficiência dinâmica do desenvolvimento latino-americano.”

Com efeito, uma parte considerável da população latino-americana sofre a privação absoluta em suas necessidades básicas, que se traduz em manifestação de indigência, desnutrição e penúrias visíveis nestas sociedades.

Segundo Prebisch (ibid., p. 11),

Na base de dados conjecturais poder-se-ia estimar que cerca da metade da população atual tem uma exígua renda média pessoal de 120 dólares por ano. Só este vasto conjunto social representa, aproximadamente, uma quinta parte do consumo per capita total da América Latina, com os mais altos coeficientes de subalimentação, má vestimenta e desabrigo, assim como de enfermidades e analfabetismo; tudo isso acrescido às taxas mais elevadas de reprodução.

Os agudos desníveis de renda da sociedade latino-americana são dimensionados por Altimir (1981, p. 76), cujas estimativas indicam, no início da década de 70,

que 40% dos lares latino-americanos eram pobres, com uma incidência da pobreza de 26% nas áreas urbanas e de 60% nas áreas rurais. Estas estimativas, aproximam-se das obtidas pela Organização Internacional do Trabalho (1976), implicam que existem na América Latina cerca de 110 milhões de pobres e que quase 70 milhões dos mesmos encontram-se nas áreas rurais.

Ainda estima-se que a metade dos pobres latino-americanos (quase uns 20% da população total) estava em situações que podem considerar-se de indigência.

Segundo Pinto (1998, p. 557),

no que se refere a América Latina, o primeiro que havia de ter em conta é que depois de tantos decênios de crescimento *hacia afuera* e *hacia adentro*, entre uns 40% e uns 50% da população latino-americana continua marginalizada dos benefícios do desenvolvimento e tem rendas médias similares a dos países da Ásia e África.

Para Prebisch (1963, p. 12), os privilégios distributivos devem-se “à estrutura social predominante na América Latina que opõe um sério obstáculo ao progresso técnico e, por conseguinte, ao desenvolvimento econômico e social.”

A estrutura social impede a mobilidade dos elementos dinâmicos da sociedade, “dos homens com iniciativa e energia, capazes de assumir riscos e responsabilidades, tanto na técnica e na economia quanto nos outros aspectos da vida coletiva.”

A interação entre esta estrutura social, caracterizada pela concentração da riqueza, e as formas exageradas de consumo das camadas superiores da sociedade impedem a acumulação de capital resultando em uma explosiva polarização social.

A incapacidade de as economias latino-americanas alcançarem uma taxa mínima de desenvolvimento, que possibilite a absorção produtiva da mão-de-obra, gera conseqüências adversas do ponto de vista da equidade distributiva.

Segundo Prebisch (ibid. p.35),

Se não se alcança esse ritmo, uma parte da população, deslocada da agricultura e outras ocupações primárias – sempre que não permaneça ali vegetando – dirige-se às cidades, buscando ocupação naqueles serviços pessoais não qualificados, de remuneração inferior ou dissimula sua redundância em tarefas supérfluas da administração pública e atividade primária.

Uma das manifestações da insuficiência dinâmica do desenvolvimento latino-americano deve-se ao desequilíbrio temporal entre produtividade e investimentos. A explicação, segundo Prebisch (1963, p. 30), deve-se

ao aumento da renda proveniente do aumento de produtividade que gera maior capacidade da economia, porém o capital requerido para absorver a mão-de-obra excedente – provocada por essa maior produtividade – é superior à poupança que momentaneamente pudéssemos obter; e só com o tempo poderemos alcançar o equilíbrio entre a maior acumulação de capital exigida pelo aumento de produtividade e a maior capacidade de poupança que essa traz consigo.

A forma e a intensidade que se manifesta este desequilíbrio na América Latina é consequência do contraste entre a técnica que estas economias têm que assimilar e sua aptidão para formar capital. Considera-se que a técnica elaborada



nos grandes centros industriais permite maior economia de mão-de-obra, requerendo maior quantidade de capital por trabalhador empregado.

Dada a maior capacidade de acumulação de capital destas economias supõe-se que estas exigências serão atendidas sem dificuldades. Nas economias *em desenvolvimento*, a técnica concentra-se no setor exportador, permitindo que os grupos mais favorecidos da sociedade assimilem hábitos de consumo característicos das economias centrais. Este consumo é satisfeito, em grande parte, por produtos importados, o que reduz a poupança interna e a disponibilidade de divisas, as quais poderiam ser utilizadas para a importação de bens de capital e tecnologia destinados ao crescimento futuro da renda interna.

Segundo Prebisch (ibid., p. 40),

nos países latino-americanos, a tendência a empregar formas de capital que incidem desfavoravelmente sobre a absorção de mão-de-obra acentua-se pelo efeito que tem, sobre o custo de produção, a proteção aduaneira e suas formas excessivas, as cargas sociais e os impostos indiretos, a tal ponto que em muitos casos os preços dos bens de capital importados não pagam tarifas, ou estas são relativamente baixas.

Outra manifestação da insuficiência dinâmica deve-se às grandes disparidades na distribuição de renda que se expressam pelo consumo conspicuo dos estratos sociais favorecidos. Neste caso, para Prebisch (1963, p. 41) "O consumo nas camadas superiores da sociedade dirige-se também com freqüência a produtos de indústrias que absorvem relativamente pouca mão-de-obra e muito capital, enquanto no resto da população ocorre o contrário".

Esta estrutura social é acompanhada por uma *estrutura de distribuição de poder* que se orienta para manter o carácter agudamente elitista da sociedade. Este fator contribui para gerar um padrão de demanda igualmente elitista e a frear a expansão do mercado interno e contribui para o baixo nível de acumulação de capital, que é insuficiente para absorver o desemprego estrutural.

Em relação ao consumo conspícuo, Pinto ( 1998, p.563), destaca

que este não está relacionado com a natureza dos bens, senão com outros aspectos que tratam de consumos circunscritos a uma pequena minoria e que, estão divorciados do padrão de demanda ou gastos da maioria, condicionados pela renda média. Esta é a razão óbvia de que o automóvel – nos Estados Unidos ou Alemanha – não é um objeto conspícuo e se o é em uma economia subdesenvolvida, com o terço ou menos de renda por pessoa, o que não quer dizer que se deva ou possa suprimir absolutamente o uso deste ou outros bens conspícuos.

### 3.3 A origem da inflação

De modo geral, atribuem-se a origem da inflação crônica latino-americana às políticas desenvolvimentistas dos economistas da CEPAL. Esta interpretação tem gerado muitos comentários críticos e deve-se a posição contrária da CEPAL às políticas recessivas de base monetarista e a sua concepção de que o processo inflacionário é resultado dos desequilíbrios estruturais.

Para Rodriguez (1963, p. 184),

o enfoque estruturalista da inflação começa a tomar forma em trabalhos que surgem em torno de 1950 e que apresentam um principal traço comum: consideram que os processos inflacionários latino-americanos têm as suas raízes em desequilíbrios gerados na esfera real do sistema econômico e, especialmente, em certas características e elementos de rigidez dos setores externo e agrícola.

As teorias neoclássicas afirmam que a inflação deve-se ao excesso da quantidade de dinheiro ou de depósitos bancários, em relação ao volume físico de bens. Identificam no excessivo endividamento do governo e na política monetária e creditícia expansionista a explicação para a desestabilização monetária.

Ressalta Prebisch (1963, p. 129) que é um erro atribuir à expansão monetária a causa da inflação. Considera que na América Latina “existem fatores estruturais muito poderosos que conduzem à inflação, e contra os quais resulta impotente a Política Monetária.”

As teorias neoclássicas, em seu empenho de interpretar o capitalismo periférico, desconsideram que,

a crise inflacionária do sistema é, em última instância, o desenlace de uma luta distributiva caracterizada pelo jogo de relações de poder no curso das mutações estruturais que acompanham a progressiva penetração da técnica dos centros; e esta luta distributiva se origina da grande desigualdade social do capitalismo periférico. (ibid., p. 143)

Não há razão para explicar a inflação como um fenômeno puramente monetário. O êxito do desenvolvimento econômico requer profundas mudanças na estrutura econômica latino-americana e, particularmente, nos processos de acumulação de capital, de utilização e mobilização dos recursos produtivos e de distribuição de renda. Para Prebisch (1963, p. 129), “a não-realização, a tempo, dessas transformações, ou sua realização parcial e incompleta, leva a esses desajustes ou tensões, que promovem a irrupção de forças inflacionárias, sempre latentes e muito poderosas na economia latino-americana.”

Ao explicar porque considera um falso dilema a questão entre desenvolvimento econômico e estabilidade monetária, Prebisch considera que a vulnerabilidade externa das economias latino-americanas não podem ser corrigidas com políticas econômicas anticíclicas.

Como se sabe, o desempenho do setor exportador é crucial para estabelecer-se o ritmo de crescimento das economias periféricas. Assim, ciclicamente, a economia cresce quando as exportações crescem, exigindo, conseqüentemente, um volume de importações. Quando sobreveem o decréscimo das exportações não é possível manter as importações nem o nível de renda anteriormente conseguido.

Seguindo a visão ortodoxa de estabilidade monetária, sugere-se a contração da atividade econômica como forma de estabelecer um nível de renda compatível com o decréscimo das exportações.

Neste caso, “a contração da atividade econômica desperta as forças inflacionárias que estão sempre ocultas no seio da economia latino-americana, se não estiverem já operando.” (ibid., p.131)

Para contrabalançar a contração da atividade econômica, expande-se o crédito e resiste-se ao reajuste das importações e ao reestabelecimento do equilíbrio interno. Surgem daí, dificuldades em aplicar-se uma política anticíclica, que não comprometa a estabilidade monetária.

Para Prebisch (ibid., p. 131),

a solução não está em contrabalançar os efeitos da contração, e sim em preveni-los, mediante adequadas transformações estruturais. Estas transformações têm um duplo propósito: permitir que o ritmo de desenvolvimento ultrapasse o limite imposto pelas exportações e, ao mesmo tempo, conseguir que a atividade interna funcione ao máximo, sem se ver afetada pela flutuação das exportações.

Outro fato muito significativo é a restrição de poupança que se torna mais aguda à medida que se reduz as exportações. Sobrevem, assim, a necessidade de manter o nível de investimentos anteriormente alcançados com a expansão do crédito, que tende a acelerar a inflação.

Para Prebisch (ibid., p.131),

o coeficiente de poupança é relativamente baixo nos nossos países, não somente por ser também baixa a renda média por habitante, e sim pela forma por que se distribui e pelos módulos prevaletentes de consumo. O aumento do coeficiente depende de agir sobre a distribuição e o consumo – isto é, sobre a estrutura social – e, ao mesmo tempo, exige modificar a estrutura de produção e das importações, para que a maior poupança se

possa converter em bens de capital. Para isto, e para facilitar a transição do baixo coeficiente de poupança, para outro que permita acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico, necessita-se geralmente da contribuição complementar de recursos internacionais.

Para Sunkel (1988, p. 521), o incremento de poupança com recursos internacionais poderá induzir o aumento do desemprego e/ou subemprego, com agravamento do ritmo inflacionário na América Latina. Na sua concepção, “o financiamento do investimento com poupança externa ou ajuda externa é uma forma extremamente simplista ou mecanicista de enfocar o problema.”

Para este autor, quando não se leva em consideração que a estrutura produtiva da América Latina é marcada por *estratos*, caracterizados por níveis de produtividade e renda per capita muito diferenciados, surgem vários problemas. O primeiro é a existência de apenas dois níveis tecnológicos: o moderno, com alta intensidade de capital e o primitivo, com alta intensidade de mão-de-obra. Supõe-se que o setor moderno cresce mais rapidamente que o setor primitivo. Com efeito, o investimento necessário para manter uma taxa de expansão constante do emprego será crescente por unidade média de emprego adicional, até que o nível tecnológico primitivo chegue a representar uma proporção insignificante da capacidade produtiva total. O setor moderno não só se expande relativamente mais rápido do que o primitivo, como também o substitui. Isto significa que a modernização tecnológica de uma parte cria novos empregos e de outra elimina os empregos já existentes.

Se a demanda global permanece constante neste processo de substituição tecnológica, um aumento de investimentos deste tipo suscitaria a

ociosidade e aumentaria o nível de desemprego, já que o número de pessoas ocupadas por unidade do produto, no setor moderno, é menor do que no setor primitivo. A incompatibilidade entre a demanda global e os novos níveis de investimento manifestam-se pela elevação do processo inflacionário.

Prebisch vincula o processo inflacionário com os obstáculos estruturais presentes na realidade latino-americana, que impedem a elevação do coeficiente de poupança. Neste processo, são beneficiados os gastos e investimentos públicos e privados, os lucros empresariais e o consumo dos grupos de alta renda que apoiam-se no processo inflacionário. Na sua concepção, "é , um processo socialmente custoso e regressivo de elevar o coeficiente de poupança."

O problema torna-se mais grave durante a fase de contração das exportações em razão de a insuficiência de poupança ser mais evidente. Conseqüentemente, diante das novas circunstâncias é muito difícil, se não impossível, para os dirigentes monetários, opor-se a expansão creditícia para cobrir gastos e investimentos que tende a contrair-se.

Tudo isto

diz respeito à inflação de gastos e investimentos, onde a pressão inflacionária da procura faz primeiro, subir os preços, provocando depois o aumento dos salários, para restabelecer , com toda razão , a renda real dos trabalhadores. E o tipo de inflação tradicional nos nossos países, embora a vulnerabilidade estrutural se apresente com novas características. (ibid., p. 132)

No curso do desenvolvimento surgem novos fenômenos inflacionários, resultado das tendências conflituosas inerentes às disparidades na distribuição estrutural da renda. Prebisch considera o custo de substituição de importações, o encarecimento de produtos agrícolas e o aumento de tarifas fiscais como movimentos regressivos na distribuição de renda que nascem do próprio desenvolvimento econômico.

Para Hirschman (1996, p. 490), “a industrialização através da substituição de importações figurava entre as prescrições de política com maior hierarquia para tirar a América Latina e outras regiões subdesenvolvidas de seu atraso econômico, social e político.”

A industrialização, fundamentada na Política de Substituição de Importações, floresceu com o modelo *hacia adentro*, baseado no mercado interno durante as décadas de 50 e 60.



## **4 A QUARTA ETAPA: A FASE DA UNCTAD**

### **4.1 Período da UNCTAD**

Esta etapa está relacionada com a sua atuação como secretário geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Admite que seu ingresso nesta instituição deve-se a interferência de alguns países em desenvolvimento, em especial, Brasil, Argentina e Iugoslávia. Suspeita-se que os países mais importantes fizeram resistências a seu nome, em função de ser economista de um país subdesenvolvido. No processo de escolha do Secretário Geral, ele menciona o candidato australiano, que na sua opinião era excelente, mas que não representava de forma genuína, os pontos de vista dos países em desenvolvimento.

Prebisch (apud Magariños, 1991, p. 154) “confessa que, ao chegar à conferência, sua impressão foi desastrosa. Não se discutia ali os problemas de desenvolvimento. O que havia era um diálogo, geralmente violento, entre os representantes dos Estados Unidos e os da União Soviética.”

O que mudou o curso da conferência foi o representante da Nigéria que, no segundo dia da conferência, levantou-se com seu traje nacional dizendo: Senhores, viemos aqui para tratar dos problemas dos países em desenvolvimento. O lugar do debate político é na Assembléia Geral e não aqui.”

“Isto originou um movimento muito importante que levou as grandes potências a ter uma melhor conduta no Comitê Preparatório. Foi uma mudança

sumamente interessante. E se passou então a considerar a matéria que interessava aos países em desenvolvimento.” (ibid., p. 154)

Para Bielschowsky (1998, p. 24), Prebisch desempenhou um papel muito importante na criação de duas instituições de grande peso no cenário internacional: a Associação Latina Americana de Livre Comércio (ALALC) e a UNCTAD. A ALALC foi criada no início dos anos 50, tendo a participação de Prebisch e, nos primeiros anos da década de 60, foi também o personagem principal na criação da UNCTAD, que “nascia das idéias debatidas nos anos trinta e quarenta, relacionadas com a necessidade de atenuar a vulnerabilidade cíclica dos países periféricos, aplicando mecanismos de intervenção internacional acertados de comum acordo com os países centrais.”

Como Secretário Geral desta instituição, “apresentou um conjunto completo de recomendações de política econômica que constituíram o ponto de partida para as discussões entre os governos membros.” (El Trimestre Económico, 1983, p.1096)

Foram estas discussões e confrontos ocorridos nesta ocasião que permitiram o início do diálogo norte/sul. Segundo Prebisch, “o diálogo era - e ainda é - uma série de monólogos paralelos, que não conduziam a ação concreta sobre os problemas mais fundamentais da cooperação internacional em matéria de comércio exterior, financiamento e tecnologia.” (ibid., p. 1096)

A profundidade do desequilíbrio externo das economias latino-americanas induziu a UNCTAD a sugerir diversificação e ampliação das exportações – inclusive as industriais – do âmbito restrito do mercado regional para outro mais ambicioso, o mercado mundial .

Nas discussões iniciais, os países desenvolvidos argumentavam que os países em desenvolvimento deveriam tomar medidas adequadas para a solução de seus próprios problemas de desenvolvimento interno. Prebisch não se opõe a estes argumentos, mas reconhece que a resposta para os problemas da periferia dependeria de uma estratégia global, baseada em responsabilidades conjuntas. À frente da UNCTAD, destaca a importância da cooperação internacional, não só em função dos princípios éticos das Nações Unidas, como também devido ao esgotamento de oportunidades fáceis de substituir importações, que deixaram a economia latino-americana com empresas industriais de custo relativamente alto.

Neste sentido, segundo Sprout (1992, p. 189), Prebisch

formulou políticas destinadas fundamentalmente a buscar o caminho para o entendimento entre a periferia e os centros: a resolver os problemas da cooperação internacional em matéria de comércio exterior, financiamento e tecnologia. Estas políticas são bem conhecidas e compreendem os acordos internacionais sobre produtos básicos para aliviar os efeitos da deterioração dos preços, tratamento tarifário preferencial para facilitar o acesso às exportações de manufaturas dos países meridionais, uma maior ajuda externa por parte dos países da OCDE (1% de seu PIB), e condições mais favoráveis no que se refere aos investimentos estrangeiros diretos que efetuaram as empresas das nações industrializadas.

Em seu primeiro informe na UNCTAD chamado de *Nueva Política Comercial Para El Desarrollo*, considera que os desequilíbrios dos balanços de

pagamentos dos países em desenvolvimento devem-se ao fato de as “exportações de produtos primários no geral, salvo poucas exceções, aumentarem com relativa lentidão, enquanto a demanda de importações de produtos manufaturados tende a crescer com velocidade e esta aumenta em função do ritmo de crescimento econômico.” (Prebisch, 1982, p. 228)

A forma de inserção da América Latina, no comércio internacional, que caracterizou o modelo de desenvolvimento denominado *hacia afuera* foi um grande fator de estrangulamento externo do desenvolvimento. Para Prebisch (ibid., p. 228) é “indispensável corrigi-lo para que o desenvolvimento possa acelerar-se em condições de equilíbrio dinâmico.”

A importância da cooperação internacional como forma de superar o estrangulamento externo é destacada no primeiro informe, que, para Bielschowsky (1998, p. 24) “é talvez o momento em que a idéia de cooperação internacional para reforçar o desenvolvimento da periferia, mediante acordos de comércio internacional, tem seu maior peso.”

Neste informe, Prebisch busca uma resposta teórica para a desintegração do regime multilateral de comércio e de pagamentos. Faz severas críticas ao sistema de comércio exterior organizado pelo Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), em função de submeter a periferia a lógica do livre comércio.

Para Prebisch (apud Lira em sua obra *Del Capitalismo y su Teoría de la Transformación de la Sociedad*), “O postulado do irrestrito jogo de forças no mercado internacional é aceitável entre economias com estruturas similares, o que não pode ser considerado no intercâmbio entre economias que exibam marcadas diferenças estruturais.”

Conforme Filippo (1988, p. 169), este primeiro informe é um verdadeiro “manifesto da cooperação norte-sul”, cujo conteúdo só se pode compreender totalmente quando se compara com o seu anterior manifesto latino-americano“, publicado em 1949, no qual eram divulgadas suas idéias fundamentais do diagnóstico sobre América Latina, quando estava na CEPAL. Ainda para Filippo “o informe da UNCTAD é, no plano da cooperação norte-sul, uma projeção lógica em nível mundial – com uma perspectiva orientada para a ação.

Nesta quarta etapa, Prebisch apresenta em Nova Delhi o segundo informe denominado *Hacia un estrategia global del desarrollo*. Nele, Couto (1997, p. 267) diz que Prebisch propõe uma estratégia global de desenvolvimento. Seu objetivo era “estender à periferia a nova ordem do comércio internacional, na qual só os países industrializados faziam parte. O objetivo da estratégia era resolver os problemas de desequilíbrio externo que impediam acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico e social.”

Prebisch identifica dois grandes obstáculos que dificultam a penetração do progresso técnico nos países periféricos: o déficit crônico de poupança e a tendência persistente ao desequilíbrio externo da periferia. Além disso, constata-se a contínua flutuação das exportações em função da instabilidade dos preços internacionais.

Com efeito, os países em desenvolvimento ficam a deriva em função de não conseguirem implementar as mudanças necessárias que lhes permitam o acesso à tecnologia. O que conspira contra o progresso técnico é a estrutura econômica e social que prevalece na periferia e as formas arcaicas de administração pública.

A única forma de eliminar estes obstáculos e possibilitar a aceleração do ritmo de crescimento econômico é a cooperação internacional. Segundo Prebisch (1982, p. 361), “esta não se tem realizado nem na forma e nem na escala necessária para alcançar o objetivo do Decênio das Nações Unidas para o Desenvolvimento.”

No campo internacional nada tem sido feito para afastar a tendência ao desequilíbrio externo dos países em desenvolvimento. Muito pelo contrário, agravam-se as restrições aos produtos primários e o ritmo de crescimento das exportações tem sido claramente insatisfatório.

#### **4.2 Nova política comercial para o desenvolvimento**

Este informe, *Nova política comercial para o desenvolvimento*, foi apresentado na Segunda Conferência Mundial de Comércio, convocada pelas Nações Unidas em 1964. A tendência ao desequilíbrio externo das economias periféricas justifica a defesa de Prebisch, para que esta Conferência tenha como preocupação principal a discussão dos problemas das economias periféricas. Sua expectativa é a de que esta “gire especialmente em torno de um fenômeno cuja existência se discutia até a pouco tempo, pois é motivo de compreensível preocupação: a tendência persistente ao desequilíbrio externo no curso do desenvolvimento.” (id., 1982, p.228)

Prebisch acredita que, a ordem econômica estabelecida pelo GATT, elaborado em Havana no ano de 1948, durante a primeira conferência das Nações

Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, foi construída a partir da visão dogmática da divisão internacional do trabalho.

O reflexo desta ordem são as crises intermitentes de Balanço de Pagamentos das economias periféricas. Contribui para o desequilíbrio o fato de o GATT não produzir, nos países em desenvolvimento, os mesmos efeitos que produz nos países altamente desenvolvidos.

O princípio da nação mais favorecida estabelecida pelo GATT, contribui para o desequilíbrio externo da periferia, em função de impor normas iguais aos competidores com poderes muito desiguais.

O imponente código de princípios e regras, assim chamado GATT, atende aos interesses dos países centrais, segundo Prebisch (1982, p. 228), já que foi concebido a partir dos princípios neoclássicos, que consideravam arbitrária a restrição à livre concorrência, em função da violação dos princípios de equidade distributiva.

Para Prebisch (apud Lira em sua obra *Del Capitalismo y su Teoría de la Transformación de la Sociedad*), a essência do problema reside nos postulados teóricos que formaram a criação do GATT. Os fundadores desta instituição partiram do postulado clássico de que o livre jogo das forças do mercado internacional conduz a otimização do intercâmbio e ao aproveitamento ótimo dos recursos mundiais “

A aplicação destas regras e princípios do GATT, que foram baseadas no esquema ultrapassado da divisão internacional do trabalho, beneficia aos países desenvolvidos. O acordo desconhece as grandes diferenças de estruturas produtivas entre os países. Prebisch (1982, p. 232) destaca que o acordo apoiava-

se “sobre uma noção abstrata de homogeneidade econômica que impede o reconhecimento das grandes diferenças na estrutura entre centros industriais e países periféricos, com as conseqüências tão importantes que elas comportam.”

Apoiado nos princípios neoclássicos, o GATT passou a ter função de elaborar e implantar um sistema de regras, orientadas para o estabelecimento das condições necessárias para o livre comércio.

Estas regras e princípios não contribuíram para criar uma nova ordem econômica internacional e nem restabelecer a antiga ordem existente quando o Reino Unido era centro dinâmico principal.

O questionamento do acordo contrariava a lógica liberalizante de mercado das grandes empresas internacionais do mundo desenvolvido. (...) “as idéias de Prebisch eram destoantes das três grandes instituições (Banco Mundial, FMI, GATT), reguladoras da ordem econômica mundial.” (Filippo, 1988, p. 169)

A preocupação de Prebisch com os problemas de desequilíbrio externo das economias latino-americanas, remonta à década de 50, quando publica *Problemas Teóricos e Práticos do Crescimento Econômico*. Neste documento, atribui a causa do desequilíbrio externo latino-americano à conhecida lentidão do crescimento das exportações de produtos primários. Afirma que “à medida que a renda real per capita ultrapassa certos níveis mínimos, a demanda de produtos industriais tende a crescer mais do que a de alimentos e outros produtos primários.” (Prebisch, 1998, p.179)

Em 1964, quando apresenta o primeiro informe: *Nueva Política Comercial para El Desarrollo* volta a considerar o problema do desequilíbrio externo ao observar que a ampliação do déficit do Balanço de Pagamentos dos países



subdesenvolvidos era “um grande fator de estrangulamento externo do desenvolvimento.” (id., 1982, p.228)

Afirma que o GATT é incapaz de criar mecanismos adequados de compensação para os desequilíbrios do Balanço de Pagamentos. Reconhece que,

a eficácia do GATT para os centros não se estendeu à periferia, pois sua concepção original responde aos interesses daqueles e não admitia a industrialização deliberada desta, se bem que a atitude inicial teve certos reajustes. A industrialização consolidou-se apesar da crise dos centros (as duas Guerras Mundiais e a Grande Depressão). (id., 1983, p. 54)

Ao discutir as estruturas de poder, Furtado (1999, p.20) considera que, os avanços na abertura dos mercados nos decênios que se seguiram à Segunda Guerra Mundial devem-se à política de abertura dos mercados, “protagonizada pelos países sedes das grandes empresas transnacionais, que controlam instituições como o antigo GATT e a atual OMC.”

A incapacidade do GATT de criar mecanismos adequados de compensação, “poderia conduzir, em alguns casos, a acordos bilaterais como em outros tempos. Este expediente, muito precário, por certo, resulta em sacrifício do intercâmbio recíproco. É preferível, sempre, que se tenha presente a necessidade de chegar a formas multilaterais de compensação de intercâmbio.” (Prebisch, 1983, p. 54)

Adverte que o crescente desequilíbrio externo das economias em desenvolvimento constituem um considerável obstáculo para a consecução dos

objetivos fixados para estas economias pelas Nações Unidas no documento chamado *Primeira Década do Desenvolvimento* ( 1960 – 1970 ).

Considera que a proposta de crescimento de 5% ao ano, até 1970, estabelecida para os países em desenvolvimento, é muito modesta quando comparada à taxa média de crescimento de 4,4%, registrada no decênio anterior (1960). Entende-se que, “será muito difícil – se não impossível – para um grande número de países em desenvolvimento alcançar e manter esta taxa de crescimento, caso os membros da Segunda Conferência Mundial de Comércio não propuserem uma política de cooperação internacional endereçada principalmente à eliminação do desequilíbrio comercial.” (ibid., p.229)

Na hipótese de se conseguir o crescimento de 5% ao ano, estabelecido como objetivo para o desenvolvimento proposto pelas Nações Unidas aos países subdesenvolvidos, os ganhos seriam muito modestos, em função de esta taxa significar “apenas um incremento médio anual de 2,6% na renda média por habitante dos países periféricos, dado o forte ritmo de crescimento populacional, ritmo este que é superior ao de qualquer época anterior e que torna mais difícil o esforço em acelerar o desenvolvimento.” (ibid., p.229)

O alto crescimento demográfico absorve quase a metade do que se investe nos países em desenvolvimento. Estes recursos atendem as necessidades desta população em crescimento, impedindo a elevação do nível de vida do conjunto da população.

Apesar do volume de investimentos, não se pode ignorar que grupos inteiros da população latino-americana estão condenados a uma situação de pobreza absoluta.

Estudos da pobreza latino-americana mostram a situação de penúria alimentar à que estão submetidos grandes contingentes da população latino-americana. Para que os níveis médios de consumo de alimentos, roupas e calçados da América Latina alcancem os da sua região mais rica, a Argentina, que são considerados os mais altos,

as rendas mínimas dos 50% mais pobres da população latino-americana deveriam chegar pelo menos a 238 dólares (em 1970) per capita ao ano, soma com a qual poderiam satisfazer as necessidades mínimas de alimentação e vestuário. Constata-se que até 1970 esta cifra era de 73 dólares ao ano para os 30% mais pobres da população e de 122 dólares ao ano para os 50% com rendas mais baixas. (Pinto, 1998, p. 621)

Prebisch (1982, p.229) afirma que, a taxa de crescimento de 5% estabelecida pelas Nações Unidas, só poderia ser considerada aceitável durante um curto tempo de transição, necessário para que se crie condições internas e externas exigidas para aceleração do crescimento econômico. Ressalta-se que, dado o ritmo de crescimento demográfico da América Latina, com a taxa de 5% de crescimento,

necessitariam-se de uns 80 anos para alcançar a atual renda média per capita dos países da Europa Ocidental, e em torno de 40 anos para se chegar ao nível de vida dos Estados Unidos. Quanto aos países menos avançados, em que vivem a metade da população das regiões em

desenvolvimento, o período requerido para alcançar o nível de vida da Europa Ocidental seria de uns 200 anos.

Os balanços do primeiro decênio (1960-1970) das Nações Unidas para o Desenvolvimento comparados aos dois primeiros anos do segundo decênio (1970-1980) revelam que a desigualdade social tem aumentado na América Latina. Os dados mostram que,

agravaram-se os problemas do desemprego, pois parte substancial dos supostos crescimentos no nível de emprego originam-se no setor terciário de serviços e comércio, que, na região, caracterizam-se por típicos fenômenos de desemprego e baixa produtividade. Observa-se o aumento do desemprego a longo prazo, ampliando ainda mais a marginalização de importantes segmentos da sociedade tanto no consumo como no trabalho. (Evaluación de Quito, 1998, p. 635)

Dado o estágio atual de desenvolvimento da técnica nos países avançados é inconcebível que não se empregue esta técnica na eliminação da miséria e de seus males inerentes. Reconhece-se que,

nunca foi tão intensa como no presente momento a pressão das massas para conseguir melhoras efetivas em seu nível de vida e constituirá, nos anos subseqüentes, um fator crescente de tensões internas e, no plano mundial, terá que se responder a ela com uma vigorosa política de desenvolvimento econômico e social em que a cooperação internacional

tem que desempenhar um papel de decisiva importância. (Prebisch, 1982, p.231)

Os informes anteriores das Nações Unidas e seus organismos especializados consideraram que as Políticas Desenvolvimentistas, implantadas na América Latina, esbarram em vários obstáculos, resultado da estrutura social calcada em grandes privilégios distributivos destas sociedades.

#### **4.3 Deslocamento do centro cíclico principal**

Com a eliminação dos obstáculos que impedem o funcionamento do livre jogo das forças de mercado na economia internacional, teria expandido, segundo a orientação do GATT, o intercâmbio com recíprocas vantagens para todos.

Para Prebisch (1982, p.232), este argumento revela a incapacidade deste acordo evitar o colapso econômico da região, pois o GATT não tem sido eficaz para estes países como demonstra ser para aqueles, ou seja, o GATT "não tem contribuído para criar uma nova ordem de coisas que responda as exigências do desenvolvimento, tampouco a tarefa exequível de restabelecer o que existia antes."

A imagem que nos apresenta o século XIX e os primeiros decênios do século XX, quando o Reino Unido mantinha uma profunda integração no sistema de Divisão Internacional do Trabalho, mostra que o desenvolvimento era um

fenômeno espontâneo, consequência do alto grau de abertura da economia britânica.

Tratava-se de uma resposta das economias periféricas “ao coeficiente de importações da economia britânica que representava uma média superior a 30% entre 1870 a 1914, sendo considerável a capacidade de resposta do Reino Unido a qualquer estímulo externo.” (Furtado, 1990, p. 12)

Nesta época, o desempenho das exportações na economia do Reino Unido representava uma função dinâmica semelhante a que desempenhavam os investimentos de capital.

Se outros países industrializados ativavam suas economias e aumentavam suas exportações para o Reino Unido, o efeito estimulante sobre esta economia era imediato, fazendo com que se ampliassem rapidamente às importações britânicas. Daí que não existiria uma tendência à acumulação de reservas de ouro no centro principal. (ibid., 1990, p. 12)

Do ponto de vista de Prebisch (1982, p. 232) “o desenvolvimento periférico como um fenômeno espontâneo, limitado em seus alcances e profundidade social, que aconteciam pelo influxo dinâmico de uma conjunção única de fatores externos que depois deixaram de existir.”

Este quadro modificou-se profundamente a partir do momento em que os Estados Unidos assumiram a função de centro cíclico principal da economia capitalista. Para Prebisch (1982, p.233),

não se trata de um mero deslocamento de hegemonia: o fato tem influência transcendental sobre o resto do mundo. Os enormes recursos naturais daquele país, com tamanho território, e sua política protecionista desde o início de seu desenvolvimento, manifestaram-se na contínua compressão do coeficiente de importações. Em vésperas da Grande Depressão mundial, em 1929, chegava apenas a 5% da renda total, e as medidas restritivas que este grave acontecimento trouxe consigo o comprimiram ainda mais. No começo da Segunda Guerra Mundial, em 1939, já havia caído para 3,2%.

Desintegra-se a ordem econômica estabelecida desde o século XIX e a dinâmica do sistema capitalista passa a ser outra. Os países industriais recolhem-se diante dos acontecimentos internacionais, adotando políticas econômicas de caráter restritivo. Pelas circunstâncias,

adquirem impulso extraordinário as tendências para a autarquia agrícola nos países industriais, empenhados em restringir suas importações para fazer frente à violenta contração de suas exportações, e surge o bilateralismo e a discriminação como meio de atenuar a intensidade de tal fenômeno. Este movimento propaga-se para todo o mundo forçando os países em desenvolvimento a medidas restritivas mais fortes ainda, posto que o valor das exportações primárias caem com mais intensidade do que a dos bens industriais.

#### 4.4 Tendência ao desequilíbrio externo do modelo *hacia adentro*

Com a quebra do modelo de intercâmbio, as economias latino-americanas viram-se afetadas por novos problemas. Inicia-se a tendência persistente ao desequilíbrio externo, em função da contração das exportações, durante a Depressão, e depois o lento crescimento.

Para Tavares (1998, p. 213) “a profundidade do desequilíbrio externo induziu a maior parte dos governos a adotar medidas de defesa da renda interna, antecipando-se à Política Econômica compensatória que só mais tarde chegará a preconizar-se nos países centrais.”

Estas medidas, de modo geral, eram mais de defesa contra o desequilíbrio externo do que estímulo à atividade interna. Se produziu, assim, a transição para o novo modelo de desenvolvimento denominado *hacia adentro*.

O desequilíbrio externo é enfrentado, segundo Prebisch, com a substituição de importações, isto é, com a industrialização para dentro sem mercados exteriores e, mais tarde, quando se interrompe esta política com a Segunda Guerra, com recursos financeiros internacionais dos países desenvolvidos.

Para Tavares (1998, p. 213), neste processo

tendo-se sustentado em maior ou menor grau o nível de demanda pré-existente e havendo-se reduzido violentamente a capacidade de importação, ficava desfeita a possibilidade de um reajuste “ex-ante” entre as estruturas de produção e a demanda interna por meio do comércio exterior. O reajuste “ex-post” produziu-se através de um incremento



substancial dos preços relativos das importações, o que criou um estímulo considerável para a produção interna substitutiva.”

Em função desta política, alguns países latino-americanos adquiriram o *status* de países semi-industrializados, mas à medida que avançavam no processo de industrialização a necessidade de importação alcança uma importância qualitativa. A política de industrialização, através da substituição de importações, enfrenta novos obstáculos, dada a limitação da capacidade de inovar e incorporar tecnologias avançadas.

Segundo Hirschman,

Fazem-se três críticas principais ao processo de industrialização, tais como aparecem na América Latina: i) a industrialização através da substituição de importações tende a estancar-se depois de seus primeiros êxitos devido ao “esgotamento” de oportunidades fáceis de substituir importações. A economia fica com empresas industriais de custo relativamente alto e em condições mais vulneráveis à balança de pagamentos, já que agora as importações consistem em material semi-acabado, peças sobressalentes e maquinário indispensáveis para manter e aumentar a produção e o emprego; ii) as indústrias que substituem importações se vêm afetadas por uma inabilidade congênita para converter-se em indústrias exportadoras; e iii) o surgimento de novas indústrias são inadequadas para solucionar o problema do desemprego.

O termo substituição de importações emprega-se muitas vezes no sentido de diminuição ou desaparecimento de certas importações substituídas pela produção interna. Segundo Tavares (1998, p. 218), "o termo 'substituição de importações' é pouco feliz porque dá a impressão de que consiste em uma operação simples e limitada de retirar ou diminuir componentes da gama de importações para substituí-los por produtos nacionais."

Na verdade, o processo de substituição de importações não se propõe a diminuir o *quantum* da produção global, a diminuição, quando se produz, é resultado das restrições do setor externo. Deve-se a estas restrições a origem da necessidade de produzir-se internamente alguns bens que antes se importavam.

Outro tipo de problema que se origina com a política de substituição de importações é a amortização dos empréstimos e pagamento de juros que se faz necessário. Para Prebisch (1982, p. 236), "estes serviços competem assim com a demanda ativa de importação, disputando a relativa escassez de divisas provenientes das exportações."

Prebisch chama atenção para o fato de que, até então, não havia ocorrido nada semelhante. A antiga estrutura de comércio do século XIX caracterizava-se por uma tendência forte e persistente do crescimento das exportações e os serviços financeiros poderiam ser pagos graças às exportações.

As dificuldades que porventura aparecessem deviam-se às contrações cíclicas de curto prazo ou devido a má conduta financeira.

Além disso, há o problema dos pagamentos de fretes e seguros marítimos, já que os países em desenvolvimento têm apenas 6% da tonelagem mundial.

#### 4.5 Estratégia global do desenvolvimento

O segundo informe, *Estratégia global do desenvolvimento*, foi apresentado na Segunda Conferência Mundial de Comércio em 1968. Prebisch propõe um conjunto de estratégias para as economias subdesenvolvidas superarem seus atrasos econômicos.

Neste informe é mostrado que o desenvolvimento pode ser alcançado quando se consegue implementar mudanças que permitam o acesso à tecnologia e à distribuição de seus frutos para toda a coletividade.

Entretanto, Prebisch considera que esta tecnologia tem gerado profundas contradições para os países periféricos. De um lado, têm-se os avanços tecnológicos de comunicação, que projetam para os países da periferia a imagem de prosperidade, quando não a de opulência dos países centrais. De outro, tem-se um quadro econômico-social marcado pela extrema carência de recursos materiais.

Além disso, a tecnologia exige um montante de capital por trabalhador muito superior ao que se requeria antes e, dada a insuficiência de poupança da América Latina, não é possível atender esta necessidade. Constituem, também, um poderoso freio ao desenvolvimento econômico, além das deficiências de poupança interna, a forma de inserção da América Latina no comércio internacional.

O motivo, segundo Prebisch, reside nos avanços tecnológicos que influem de maneira adversa nas exportações de produtos primários da periferia e tendem a crescer no geral com uma lentidão que se acentua pelo protecionismo dos

centros industriais. A penetração desta tecnologia tende a acelerar ainda mais as importações de manufaturas provenientes dos países centrais.

Dadas as estas contradições da tecnologia, Prebisch considera que o déficit crônico de poupança e a tendência persistente ao desequilíbrio externo, são dois grandes obstáculos ao desenvolvimento dos países periféricos, trazidos pelo progresso técnico.

Ainda neste informe, o economista alerta para o fato de que a cooperação internacional não se tem realizado nem na forma e nem na escala necessária para alcançar os objetivos estabelecidos pelo Decênio das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

No entender de Prebisch, a insuficiência dinâmica das economias periféricas, manifestada pelo crescente desemprego, agrava-se com as tecnologias que cada vez mais economizam mão-de-obra.

A necessidade de elevar a produção de alimentos, era enfatizada em vista das graves deficiências de nutrição. Segundo Prebisch (1980, p. 193), “a distribuição regressiva da renda e a insuficiente acumulação de capital, em prejuízo principalmente dos estratos inferiores, explicam que a demanda de alimentos é relativamente débil, apesar da manifesta deficiência de consumo.”

Para resolver os problemas da eficiência industrial, é indispensável que se conduza uma política de integração entre os países latino-americanos. Neste sentido, Prebisch (1982, p. 367) sugere “a formação de agrupamentos entre países periféricos para ampliar o espaço econômico e acentuar a concorrência, que hoje é geralmente débil, a fim de aumentar a produtividade.”

Neste informe, Prebisch dá destaque à necessidade de educação e de capacitação técnica das massas. Afirmar que é indispensável reformar tanto o sistema anacrônico de posse da terra como a estrutura produtiva caracterizada pela baixa produtividade. Considera que estas reformas

permitirão o surgimento daqueles elementos dinâmicos da coletividade, os quais aparecem em todos os grupos sociais e nos distintos campos da atividade humana. São indivíduos com imaginação e sentido criador, espírito de luta e perseverança na ação. São os elementos dinâmicos que dão seu selo característico em cada geração – na economia, na política e no movimento sindical, na vida profissional, científica e literária, no funcionamento do Estado. (ibid. p.370)

Porém, há outros aspectos considerados indispensáveis para o desenvolvimento econômico. Segundo Prebisch (ibid., p. 370), “o aumento da produtividade não significa que se aumente de forma paralela e automática a renda de um país.”

É preciso realizar investimentos adicionais para absorver a força de trabalho excessiva. Uma vez conseguido, a renda aumentará e, em consequência, ampliar-se-ão as possibilidades de poupança e investimento. Este adicional de poupança terá papel fundamental na absorção da mão-de-obra no futuro. As deficiências desta poupança serão superadas através do aproveitamento do potencial de poupança dos grupos de alta renda, que o desperdiçam no consumo exagerado de supérfluos.

Segundo Prebisch (1963, p.43), “as camadas superiores que constituem mais ou menos 5% da população latino-americana, recebem quase três décimos do consumo pessoal total. No outro extremo social, os 50% da população consomem somente os dois décimos deste total.”

Uma vez, que esta poupança é insuficiente para absorver a mão-de-obra excedente, há necessidade de aporte complementar de recursos financeiros internacionais, já que não se pode comprimir o consumo das grandes massas da população, que já é muito baixo.

Neste informe, Prebisch refere-se à taxa de crescimento desejável para um país periférico. Enfatiza que esta, de modo algum, é arbitrária. No seu entendimento, “a taxa de crescimento depende do incremento da população ativa e do grau em que o progresso técnico vai gerando população excedente. Se concebe assim uma taxa mínima de crescimento para evitar que se agrave o problema de insuficiência dinâmica.” (id., 1982, p. 369)

Cabe ainda mencionar que o estrangulamento externo constitui um forte obstáculo à manutenção da taxa mínima de crescimento. Isto se deve à maior necessidade de importações, as quais exigem o crescimento econômico, conseqüentemente, agrava-se o desequilíbrio comercial. Para Prebisch, a política comercial, a cooperação financeira internacional e a política interna de desenvolvimento são componentes essenciais para uma estratégia global do desenvolvimento. As taxas de crescimento econômico mais elevadas garantiriam a mobilidade social, de importância decisiva para o desenvolvimento. Na sua concepção “um ritmo baixo de crescimento constitui impedimento poderoso a essa mobilidade e a ascensão de quem tem potencial para fazê-lo.” (ibid., p. 369)

Os indivíduos que se sobressaem no potencial profissional, representam um papel importantíssimo no crescimento econômico. Sendo assim, faz-se necessário oportunizar o aumento das aptidões destes trabalhadores a fim de que se alcance o desenvolvimento. É interessante ressaltar que um baixo ritmo de crescimento não promoverá a ascensão social destes elementos dinâmicos.

De acordo com Prebisch, "a diferença entre uma cifra de 1% e outra de 4% no incremento anual da renda per capita não está só na magnitude numérica, mas no fato de que o crescimento de 1% permitiria duplicar esta renda em 70 anos, enquanto o crescimento de 4% permitiria duplicar a renda em 18 anos."

#### **4.6 A política comercial internacional**

A tendência ao desequilíbrio do desenvolvimento desenha-se quando um país considera a possibilidade de acelerar seu ritmo de crescimento. Para sustentar este crescimento terá que aumentar suas importações. Se não crescem as exportações e nem se obtêm recursos financeiros do exterior, o país não poderá dar maior impulso a seu crescimento, pois não é possível crescer com desequilíbrio crônico.

Com base neste diagnóstico, é necessário, para se alcançar um grau desejável de crescimento econômico, a eliminação dos entraves impostos às exportações periféricas de produtos primários. Isto significa garantir aos países periféricos, que têm custos de produção mais baixos em produtos similares aos dos países centrais, acesso aos mercados destes. Acontece, segundo Prebisch,

nos momentos atuais, que, dado o aumento do consumo, os países centrais tomam para si este aumento, apesar de produzirem a custos mais altos.

Outro obstáculo ao desenvolvimento, considerado neste informe, são as contínuas flutuações de preços dos produtos primários dos países periféricos. Prebisch propõe acordos de estabilização relativo de preços que permitam a combinação de cotas de exportação com o funcionamento de um sistema de estoques reguladores, mediante o qual os preços poderiam ser controlados.

Contudo, mesmo sendo eliminadas as dificuldades que se opõem às exportações de produtos primários dos países periféricos, permaneceriam, ainda, as restrições ao crescimento econômico.

Prebisch sugere algumas medidas que promovam as exportações de produtos industriais. Uma delas é a concessão de preferências dadas nos países centrais para estas exportações.

Neste informe, Prebisch reconhece que a correção da tendência para o desequilíbrio externo não se poderia alcançar somente com a ampliação das exportações periféricas para os centros industriais. Afirmar que, "é igualmente indispensável desenvolver o comércio entre os mesmos países periféricos." (ibid., p. 384)

Destaca que a industrialização só pode cumprir-se com eficácia quando se têm grandes espaços econômicos. Reconhece que, com "a progressiva eliminação da tendência para o desequilíbrio comercial externo, necessita-se dismantelar gradualmente a proteção excessiva, começando pela liberalização do comércio entre os países periféricos." (ibid., p. 385)



Mesmo reconhecendo a necessidade de mudanças estruturais no intercâmbio periférico, na prática, não se constata a eliminação de tarifas alfandegárias e/ou restrições. Apesar das vantagens permanentes, originadas do intercâmbio recíproco, ainda não é suficiente para a liberalização do intercâmbio.

Segundo Prebisch (ibid., p. 386), "Há vacilação em abrir o mercado a outros países, pois cada país teme que os outros consigam atrair para si as novas indústrias que se estabelecem em favor do mais amplo mercado."

É importante ressaltar que, quando o ritmo de crescimento é muito lento, o ambiente não é propício para aceitação de riscos desta natureza.

A política de expansão comercial entre países em desenvolvimento tem que fazer parte de uma estratégia global de crescimento. Uma vez conseguido, criam-se as condições favoráveis para uma política gradual de liberalização comercial.

## 5 A QUINTA ETAPA: A CRÍTICA AO CAPITALISMO PERIFÉRICO NOS ANOS 70

### 5.1 Período na direção da revista da CEPAL

Esta etapa, iniciada em 1976, quando assume a direção da revista da CEPAL, foi a mais longa, complexa e fecunda de sua trajetória intelectual. Aproxima-se do socialismo e reconhece que, com o sistema prevalecente, a América Latina não superará seu atraso econômico.

Realiza um exame crítico de suas antigas concepções teóricas, publicando uma série de artigos, a partir do primeiro número da revista da CEPAL, no início de 1976. Estes artigos culminaram com a aparição de seu livro *Capitalismo periférico. Crise e transformação*, publicado em 1981.

Nesta sua última obra, desenvolveu uma crítica muito mais aberta e radical ao capitalismo periférico e à sociedade privilegiada de consumo, gerada por ele. Desenhou com sua teoria da transformação os traços essenciais para uma proposição alternativa, isto é, uma terceira via para os países em desenvolvimento. Desejava prestar um auxílio teórico aos processos de democratização da economia e da sociedade dos países capitalistas da América Latina, especialmente os países do Cone Sul, os quais forneceram o material para sua análise.

Nesta etapa, Prebisch formula algumas questões que lhe ajudaram a revisar criticamente suas idéias anteriores:

a) Por que o processo de desenvolvimento é acompanhado pelo aumento das disparidades de renda e riqueza ? b) Por que é tão persistente a inflação, e por que não responde aos remédios tradicionais ? c) Que razões explicam algumas contradições importantes do processo de desenvolvimento da periferia que não têm ocorrido no desenvolvimento histórico dos centros, pelo menos com uma intensidade comparável? e d) Por que tem ficado para trás a periferia? (El Trimestre Económico, 1983, p. 1096)

Convence-se que as respostas para estas e outras questões novas não se encontram na teoria convencional. Na sua opinião, a via capitalista atual de desenvolvimento na América Latina é inapta para a superação do subdesenvolvimento, especialmente para a solução dos problemas sociais vitais das massas populares.

Considera que as transformações foram mínimas, durante a evolução natural do sistema capitalista na periferia. As relações entre centro e periferia permaneceram assimétricas. As sociedades latinas continuam a manter as mesmas características de insuficiência dinâmica e heterogeneidade estrutural do subdesenvolvimento.

Para Hopenhayn (1988, p. 180), nesta etapa culminante de sua evolução teórica, "Prebisch questiona explicitamente os postulados básicos da análise neoclássica, sobretudo em suas versões contemporâneas."

Ao publicar *Capitalismo periférico, crise e transformação*, introduz mudanças importantes no seu objeto de investigação, em seu aparato de categorias e na estrutura interna de seu sistema teórico, inclusive revê sua posição ideológica. Ele próprio considera que esta obra representa “outra fase no desenvolvimento do pensamento cepalino.” (Lira em *Del Capitalismo Periférico y su Teoría de la Transformación de la Sociedad*)

Apesar de não abandonar o terreno da ordem burguesa, passa a preocupar-se com os interesses do capital produtivo e manifesta um profundo ceticismo com relação às perspectivas do capitalismo periférico. Flechsig diz (1991, p. 97) que,

no manifesto de 1949 da CEPAL, ele estava cheio de autoconfiança e otimismo em relação às perspectivas de uma industrialização substitutiva de importações nos países latino-americanos e em relação à eficiência dos próprios conceitos teóricos enquanto bases de uma política de desenvolvimento voltada para a superação da condição periférica e para o estabelecimento de um próspero capitalismo latino-americano.

Prebisch considera que a imitação do desenvolvimento capitalista dos centros revelou-se uma pertinaz ilusão e algo não necessariamente desejável. No seu modo de ver,

os processos atuais de crise no capitalismo se resumem, a seu ver, em uma crise de regulação e distribuição e, conseqüentemente, em um desequilíbrio entre uma acumulação insuficiente e um consumo excessivo,

que derivam das disputas distributivas irregulares sobre a base de “desequilíbrios” duradouros nas estruturas de poder nacionais e internacionais, de teorias inadequadas tradicionais (monetarismos) e de falsas políticas econômicas. (Flechsig, 1991, p. 97)

## **5.2 Vigência atual do conceito *centro - periferia***

É em torno do conceito *centro - periferia* que Prebisch sustenta parte importante de sua concepção teórica. Considera que este conceito continua válido, apesar das mudanças na economia mundial e na economia da América Latina. Este conceito para Prebisch “deveria enriquecer-se mediante a introdução de algumas conseqüências muito importantes da hegemonia dos centros.” (El Trimestre Económico, 1983)

Considera que, “apesar de nos últimos anos ter empenhado-se no exame crítico de seu próprio pensamento, de renová-lo para responder às mudanças que se tem operado na realidade e reconhecer também o pensamento alheio, não pode prescindir do conceito *centro - periferia* com que relaciona suas primeiras idéias de renovação teórica. (Reyno, 1990, p.24)

O conceito *centro - periferia* originou-se do questionamento à teoria do comércio internacional, que se baseava no princípio das vantagens comparativas. Os fatos mostravam que os frutos do progresso técnico não se difundiam para a periferia, mediante a diminuição de preços, em relação aos aumentos da produtividade. Atribuem-se esta concentração do progresso técnico aos

movimentos sindicais e empresariais dos países centrais que têm poder suficiente para reter uma parte da renda, a qual corresponde ao aumento da produtividade.

O grande estímulo da industrialização nos países centrais, à medida que o crescimento da renda impulsionava a demanda, deve-se ao fato de que no desenvolvimento histórico da periferia esta se restringiu, segundo Prebisch, "fundamentalmente a ofertar produtos primários." (ibid., p. 1077)

Observa-se que a elasticidade da demanda internacional de produtos básicos exportados pela periferia, com relação à renda, é baixa; em contraste, a elasticidade da demanda dos países da periferia para bens manufaturados que eles importam dos centros, é elevada. Isto faz com que os países periféricos tenham uma tendência sistemática ao estrangulamento externo.

A industrialização da periferia, além de ocorrer com grande atraso, foi resultado das sucessivas crises nos países centrais. Conforme Prebisch, "Isto acentuou a tendência da periferia a imitar os centros, a crescer segundo sua imagem e semelhança, se vale este termo. Os países periféricos trataram de adotar suas tecnologias e seus estilos de vida, a seguir suas idéias e ideologias, a reproduzir suas instituições." (El Trimestre Económico, 1983)

Desde os fins dos anos 40, Prebisch e a CEPAL consideram que o desenvolvimento da periferia caracteriza-se pela imitação do consumo e tecnologia provenientes dos países centrais.

O desenvolvimento periférico, para Prebisch (1980, p. 191), "é um processo de irradiação e propagação a partir dos centros de técnicas, modalidades de consumo e demais formas culturais, idéias, ideologias e

instituições.” Isto ocorre em uma estrutura social fundamentalmente diferente, surgindo assim, as grandes falhas internas do capitalismo periférico.

Na periferia, segundo González (1991, p. 457) “uma imitação prematura de parte dos setores de média e alta renda faz com que estes copiem os padrões de consumo dos países desenvolvidos, em uma etapa em que a economia dos países da América Latina não estão em condições de sustentá-los.”

O problema, independente de qualquer juízo ético que se faça sobre este consumo conspícuo, é seu crescimento, que é anormal para o contexto dos países em desenvolvimento e é incompatível com o processo de acumulação de capital que é necessário para o processo de desenvolvimento.

Para Prebisch, “tudo isto penetrou na estrutura social da periferia que ficou atrás da estrutura muito avançada dos centros e gerou transformações consideráveis, acompanhadas de contradições cujo esclarecimento tem muita importância.” (El Trimestre Económico, 1983, p. 1077)

O avanço tecnológico concentrou-se em alguns setores da economia, sobretudo nos setores de exportação. Daí explica-se as diferenças muito importantes de produtividade e de renda dentro da economia e dentro da sociedade.

Outro aspecto relevante quando se trata do conceito *centro - periferia*, é o papel das empresas transnacionais que cortam a economia mundial de forma horizontal.

Para González (1991, p. 458), “estas empresas operam com grande autonomia com respeito não só aos governos dos países em desenvolvimento, senão, também, em relação aos desenvolvidos.”

Arrighi (1997, p.137) afirma que,

uma das características mais notáveis da economia mundial é a existência de um número significativo de Estados que parecem estar permanentemente estacionados numa posição intermediária entre a 'maturidade' e o 'atraso', como diriam os teóricos da modernização, ou entre o 'centro' e a 'periferia', como diriam os teóricos da dependência.

Cita o Brasil, a Argentina, o México e o Chile como os países latino-americanos que se enquadram nesta situação. Estes países, "experimentaram transformações econômicas de longo alcance ao longo do século XX, contudo, em aspectos importantes, eles não conseguiram 'alcançar' o seleto grupo de Estados que, em algum momento, estabeleceram os padrões de *status* e riqueza do sistema mundial." (ibid., p.138)

### **5.3 A importante dinâmica do excedente econômico**

O excedente econômico tem uma importância dinâmica decisiva, em função de ser a principal fonte de capital reprodutivo, responsável pela multiplicação do emprego e da produtividade.

Para compreender o significado atribuído ao excedente econômico, Gurrieri (1982, p. 83) revisa o conceito de desenvolvimento econômico que



“consiste, no essencial, na elevação do nível de produtividade da força de trabalho.”

O excedente econômico origina-se nos aumentos de produtividade (técnicas de produção mais eficientes), que não são transferidos aos salários dos trabalhadores e nem aos consumidores pela queda dos preços. Com base no aumento de produtividade, a força de trabalho empregada em atividades de muito baixa produtividade e eficácia, desloca-se para outras atividades de maior produtividade e eficácia.

Na periferia, este processo, não resulta em aumentos salariais correspondentes ao aumento da produtividade, segundo Prebisch, em função “da concorrência regressiva de quem tem permanecido em ocupações de produtividade e renda muito menores ( ou que se encontram desempregados).” (El Trimestre Económico, 1983, p. 1077)

O deslocamento da força de trabalho de etapas técnicas de menor produtividade para etapas de maior produtividade, revela duas características estreitamente vinculadas ao subdesenvolvimento periférico: “seu dinamismo é insuficiente e os frutos que origina são apropriados de maneira desigual pelos distintos estratos sociais.” (Gurrieri, 1982, p.83)

Neste processo, a economia não consegue absorver de maneira produtiva a força de trabalho desempregada e subempregada, que sofre pressão das altas taxas de crescimento demográfico e das exigências tecnológicas.

O contingente excessivo desta população determina a origem estrutural do excedente econômico. Para Gurrieri (1982, p.84), “Estas são as razões básicas com quais, no capitalismo periférico, não se cumprem as esperanças neoclássicas

de alcançar uma distribuição equitativa dos frutos do desenvolvimento, isto é, uma distribuição de acordo com os aumentos da produtividade.”

A apropriação e divisão do excedente dependem do poder que possuem cada um dos estratos sociais. O estrato social que Prebisch refere-se é definido basicamente pelo nível de renda que possuem em diversas medidas os vários poderes (poder econômico, social, sindical e político).

Uma vez descritos os mecanismos essenciais do capitalismo periférico, é necessário fazer referência ao uso do excedente, fenômeno que desempenha um importante papel na teoria do desenvolvimento de Prebisch.

Considera-se que o capitalismo periférico tem a tendência para a crise, devido a contradição entre as exigências de aumentar continuamente o excedente econômico, para dar dinamismo ao sistema e as exigências de uma sociedade privilegiada de consumo.

Este excedente, segundo Prebisch, “é conduzido para o incremento do consumo privilegiado dos estratos sociais altos que imitam mais e mais os padrões de consumo dos centros.” (El Trimestre Económico, 1983, p. 1096)

Desenvolve-se assim, uma sociedade privilegiada de consumo, significando um considerável desperdício do potencial de acumulação de capital, que já é dilapidado pelas empresas transnacionais, que, em função de sua superioridade técnica e econômica, transferem renda para os países centrais.

Prebisch (ibid., p. 1096) considera que, “a privilegiada sociedade de consumo resulta nociva para a acumulação de capital reprodutivo, já que promove uma diversificação prematura da demanda com efeitos sociais adversos.”

Aí reside, no entender de Prebisch “o principal fator explicativo da tendência do sistema excluir uma porção considerável da força de trabalho.” (ibid., p. 1096)

O excedente desempenha seu papel dinâmico através do tempo, concebido com uma seqüência dinâmica “aumenta a acumulação de capital reprodutivo, aumentam o emprego e a produtividade, aumenta de novo a acumulação de capital e assim sucessivamente.” (ibid., p. 1096)

A apropriação do excedente é explicada, em função da relação de poder, entre os diferentes estratos sociais. As modificações nas estruturas produtivas transferem-se as estruturas de poder.

Para Lira, em sua obra *Del Capitalismo Periférico y su Teoría de la Transformación de la Sociedad*, “à medida que isto ocorre, no âmbito de um processo de democratização sócio-econômico e político, surgem e organizam-se novos setores sociais de maneira espontânea ou com a inspiração de partidos políticos populares e do Estado.”

Estas novas forças sociais questionam o poder de apropriação do excedente econômico que exercem os grupos de alta renda, sobre a base do reforçado poder de participação dos setores assalariados. Uma vez que as relações de poder expressam-se, tanto na esfera do mercado como na do Estado, a luta distributiva terá lugar em ambos domínios.

Lira, nesta mesma obra, diz que “o sistema seguirá funcionando sem maiores perturbações com o excedente se expandindo, apesar da pressão exercida pelos assalariados para aumentarem suas rendas reais.”

A partir de certo ponto, definido como a igualdade entre a taxa de crescimento do excedente e a taxa de crescimento do produto, esta pressão pode ser excessiva em relação à dinâmica da produtividade.

#### **5.4 Mudanças na estrutura do poder**

O excedente econômico é pressionado de um lado pela força de trabalho, que, ao longo do processo de democratização, adquire poder sindical e político, possibilitando-lhe maior acesso ao excedente. De outro, segundo Prebisch (1980, p.166), “o Estado luta pela partilha do excedente para absorver uma proporção cada vez maior da força de trabalho, principalmente as de classe média tradicional, que adquirem, como a dos trabalhadores, poder sindical e poder político.”

O efeito desta dupla pressão redistributiva é o aumento do consumo privado e social da força de trabalho, além do aumento do consumo do Estado, incluindo o consumo militar.

A intensidade desta pressão tende-se a refletir na acumulação de capital e no consumo privilegiado das elites, levando o sistema ao impasse. O resultado é a reação empresarial que aumenta os preços para restabelecer a dinâmica do excedente. Diante disto, a força de trabalho reage, exigindo aumento em suas remunerações.

Prebisch, ao se referir ao comportamento da força de trabalho, reconhece que além desta querer melhorar suas rendas reais, “também trata de recuperar o

que perdem pelos efeitos dos impostos que recaem direta ou indiretamente sobre as costas dos trabalhadores.” (El Trimestre Económico, 1983, p.1077)

## 5.5 O papel do dinheiro

A política monetária tem influência na formação do excedente econômico, à medida que sanciona o aumento da produção. Prebisch sintetiza esta influência da seguinte forma:

No processo produtivo em suas diversas etapas, desde a produção primária até a venda do produto final no mercado, requer-se certa quantidade de tempo. E para aumentar a produção destes bens finais deve-se partir da etapa primária. Isto exige um aumento do emprego que assim será maior do que o emprego requerido antes para a produção dos bens finais que fluem para o mercado. (El Trimestre Económico, 1983, p.1077)

Neste processo, é necessário que a oferta de moeda iguale-se ao crescimento da produção final, devido ao crescimento do emprego e da produtividade. Assim, a expansão monetária, “constitui uma parte integrante do processo produtivo, um mecanismo mediante o qual se apropriam do excedente os donos dos meios de produção, e tal excedente tende a crescer continuamente

para assegurar o consumo ou a acumulação de capital.” (El trimestre Económico, 1988, p. 1096)

Uma redução do crescimento do excedente econômico afetaria o capital reprodutivo das empresas. Isto ocorreria na implementação de uma política monetária restritiva, quando as empresas seriam obrigadas a reduzir o excedente para atender ao crescimento salarial.

Isto tem efeitos nocivos sobre o dinamismo do sistema, uma vez que a aplicação do excedente é indispensável para o aumento do emprego e para a acumulação de capital, necessário para absorver os estratos inferiores, evitando a tendência excludente do sistema.

## **5.6 A tendência para a crise inflacionária do processo econômico**

A política monetária restritiva, com o tempo, cede às pressões sindicais, empresariais e governamentais. Conseqüentemente, a autoridade monetária segue uma política expansiva, criando dinheiro adicional para fazer frente ao aumentos das remunerações das empresas.

Neste processo, os preços aumentam, com a força de trabalho, reagindo através do aumento de suas remunerações e estimulando a espiral inflacionária. No desdobramento, a acumulação do capital é afetada em detrimento do desenvolvimento.

Com respeito à política monetária restritiva, Prebisch além de considerá-la contraproducente, conclui que ela é incapaz de conter a espiral inflacionária.

Quando a autoridade monetária nega-se a ofertar moeda para pagar as rendas maiores, geradas pelo aumento da produção, as empresas reagem debilitando o ritmo de crescimento da produção.

Para Prebisch (1981, p. 170), "Há aqui um fenômeno que não ocorria antes, a saber, a alta das remunerações e dos preços de um lado, e o encolhimento do emprego e da produção de outro."

Ao citar o controle de salários, deixando que os preços

alcancem seu nível adequado como um meio para controlar a espiral "preços-salários", Prebisch faz a seguinte observação: Isto implica a restauração do excedente em detrimento da força de trabalho, fazendo com que esta perca o que havia ganho previamente, como também suportando em suas costas o peso dos impostos que já não pode transferir mediante o reajuste de suas remunerações. (El Trimestre Económico, 1983, p. 1096)

Para que isto aconteça é necessário o uso do aparato policial do Estado para controlar o movimento sindical e político das massas. O paradoxo é que invoca-se o princípio de que o Estado não deve intervir na economia e se usa a força do Estado para constranger o movimento dos trabalhadores. (ibid., p. 1077)

Não se pode negar que o controle dos salários restaure o excedente que poderia permitir o incremento da taxa de acumulação. Contrariamente, os estratos superiores apropriam-se do excedente econômico e não o empregam na acumulação de capital reprodutivo, e sim no consumo privilegiado.

Prebisch

Tampouco se pode negar que o controle poderia reduzir, ainda que não eliminar, a inflação de origem interna. Se apesar disto continua este fenômeno se deve tal coisa à inflação externa, a inflação fiscal e a expansão abusiva do crédito privado. Pois isto não preocupa os grupos dominantes, a condição é que o crescimento do excedente se restabeleça e acate plenamente. (El Trimestre Económico, 1983)

### **5.7 Os limites do poder de redistribuição**

Apesar de o processo democrático melhorar os ganhos de renda real, existe um limite que não pode ser ultrapassado, pois colocaria em risco o papel dinâmico do excedente econômico.

“Ao chegar a este limite, o excedente alcança seu nível máximo, que é igual à sociedade privilegiada de consumo, e já não poderá continuar como antes o processo redistributivo que tende a melhorar a distribuição de renda.” (ibid., p.1077)

Uma das grandes falhas do sistema é o desvio do excedente econômico para o consumo conspícuo em detrimento do capital reprodutivo que multiplica o emprego. No caso do desvio para o consumo ocorre, segundo González (1991), “uma imitação prematura de parte dos setores de média e alta renda, fazendo com que estes grupos copiem os padrões de consumo de países desenvolvidos, em uma etapa em que a economia dos países da América Latina não estão em condições de sustentá-los.”



Esta tendência excludente e conflituosa do capitalismo periférico não pode ser corrigida pelas leis do mercado ou com instrumento de política monetária. Tampouco, segundo Prebisch (apud Sunkel, 1998), "há nenhuma defesa contra o emprego do processo democrático para melhorar a distribuição de renda além do limite antes mencionado."

Qualquer pressão redistributiva conduzirá a crise do sistema, já que é indispensável que o excedente cresça incessantemente, em função de ser fonte primordial de acumulação de capital.

## **5.8 O mercado internacional**

O mercado internacional não funciona corretamente em função das assimetrias entre as estruturas de exportações e as estruturas de importações da periferia.

Historicamente, os frutos da produtividade permaneceram em sua maior parte nos países desenvolvidos. Este padrão de desenvolvimento deixou a periferia à margem do processo de industrialização. E, quando se iniciou a industrialização, recorreu-se à proteção e aos subsídios para compensar a superioridade econômica e tecnológica dos centros.

Antes da Segunda Guerra Mundial, o sistema econômico internacional era composto de países manufatureiros nos centros, e de produtores primários na periferia. Desde que se iniciou a industrialização dos países em desenvolvimento durante o período entre ambas as guerras e sobretudo durante as décadas de

pós-guerra, implantou-se uma estrutura de produção manufatureira na América Latina.

Para Sunkel (1998), “a implantação da produção manufatureira na América Latina não chegou a modificar na medida similar a estrutura do comércio de exportação.”

Prebisch enfatiza que a política comercial liberal dos centros aplica-se somente aos bens onde a periferia tem atraso tecnológico. Na comercialização dos bens competitivos, os centros não seguem uma política liberal com a periferia.

De acordo com Prebisch “os centros, em particular os Estados Unidos, têm sublinhado o papel das corporações transnacionais na periferia. Supõe-se que estas corporações internacionalizam a produção. Pois, sobretudo, têm gerado a internacionalização do consumo, dando maior impulso à sociedade privilegiada de consumo.” (El Trimestre Económico, 1983)

Outro aspecto importante, que os governos dos países em desenvolvimento não têm prestado atenção, é o isolamento que se herdou do antigo padrão da divisão internacional do trabalho. Isto explica por que a maior parte do comércio mundial tem-se realizado entre os próprios países centrais.

## **5.9 A hegemonia histórica dos centros**

A hegemonia que os centros exercem sobre a periferia apoia-se na expansão das empresas transnacionais. Na periferia, estas empresas compartilham o poder econômico e político com os estratos superiores e até

chegam a sobrepujá-los. Nascem, assim, sob o signo histórico das hegemonias dos centros, novas formas de dependência que, segundo Prebisch (1978, p.193), “levam um país periférico a fazer o que de outro modo não faria ou de abster-se de fazer o que quisera fazer.”

Neste debate, discute-se por que as transnacionais não eliminariam o subdesenvolvimento, uma vez que investem e reinvestem indefinidamente na periferia? A conclusão, segundo Prebisch (ibid., p. 242), é paradoxal: “quanto maior fosse a dependência, tanto maior seria a eficácia social do sistema.”

O problema está nas transnacionais terem como objetivo apenas a rentabilidade dos seus investimentos e não a eficácia social. Prebisch (ibid., p. 243) esclarece que,

o caráter excludente do capitalismo periférico e, também, sua tendência conflituosa devem-se primordialmente ao desperdício interno do potencial de acumulação de capital, provocado, em grande parte, pela sociedade de consumo e pelas grandes disparidades distributivas sobre as quais se assenta. Sem estas disparidades as transnacionais não encontrariam um campo tão fértil de expansão periférica.”

## **5.10 Para uma teoria de transformação**

O desenvolvimento econômico com equidade social e avanço político requer transformações importantes no sistema econômico, segundo Prebisch. Na

sua visão, o socialismo é a única resposta para as contradições da sociedade capitalista periférica.

Nestas sociedades, "requerem-se o socialismo para assegurar o 'uso social' do excedente. A taxa de acumulação de capital e a correção das grandes disparidades sociais devem submeter-se à decisão coletiva, estabelecendo um novo regime institucional, político e econômico, para tal efeito." (El Trimestre Económico, 1983, p. 1096)

Estas idéias são concebidas na Teoria da Transformação, que, de acordo com Couto (1997, p. 249), significam "uma síntese entre socialismo e liberalismo. Socialismo, enquanto o Estado regularia democraticamente a acumulação e a distribuição. Liberalismo enquanto consagraria essencialmente a liberdade econômica do que produzir e do que consumir."

Na sua última obra, *Capitalismo Periférico. Crise e Transformação*, Prebisch esboça os fundamentos dos novos princípios da transformação social. Demonstra que o capitalismo periférico promove a concentração do poder econômico, que traz consigo a concentração do poder político nas mãos da categoria social privilegiada, e a iniquidade distributiva.

Busca uma síntese entre socialismo e liberalismo ou uma versão do socialismo baseada na liberdade do indivíduo e em novas formas de convivência social. No socialismo o Estado terá que cumprir a responsabilidade de decidir democraticamente como se empregará democraticamente o excedente a fim de acumular com muito mais intensidade e distribuir eqüitativamente os frutos do progresso técnico. E o liberalismo significando que o cumprimento desta responsabilidade deve ser compatível com a liberdade econômica.

Para Gurrieri (1982, p. 93), a pedra angular dos fundamentos do Capitalismo Periférico reside “no ‘uso social’ do excedente, que implica tomar as decisões com respeito ao seu uso de uma maneira que seja tecnicamente racional e politicamente democrática, em outras palavras, trata-se de um uso do excedente que responda aos interesses da coletividade dentro de mecanismos de planificação democrática.”

A transformação do sistema, segundo Prebisch, exige um conjunto de mudanças institucionais como a regulação estatal da acumulação, a distribuição de renda e a assimilação do excedente, adotando critérios de racionalidade social.

Admite que estas mudanças se alcançariam mediante duas soluções possíveis:

a primeira caracteriza-se pelo predomínio da propriedade estatal e da gestão estatal dos meios de produção. Nesta solução o excedente é gerado diretamente no setor estatal dominante e distribuído também diretamente entre distintos setores e ramos, de acordo com prioridades centralmente definidas. A segunda solução, preferida por Prebisch, está caracterizada pelo controle estatal do excedente (de acordo com critérios correspondentes a uma concepção democrática de planificação) por um sistema misto de propriedade (em que as formas autogestivas e estatais dominam tendencialmente sobre a forma privada) e pela gestão autônoma dos meios de produção. Ainda que Prebisch não diga de maneira direta, o resultado evidente é que se trata de um sistema econômico em uma fase de transição para uma forma específica de “socialismo autogestionário. ( Lira em *Del Capitalismo Periférico y su Teoría de la Transformación de la Sociedad*)

Ao desenvolver sua crítica radical ao capitalismo periférico, refere-se, segundo Flechsig (1991, p. 97),

a situação de contradição com o imperialismo, acentuada em consequência de uma crescente sucção de recursos – uma expressão de novos processos de diferenciação no pensamento econômico burguês latino-americano, vinculada à ênfase, por parte de economistas reformistas da região, de pontos de vista anti-imperialistas, democráticos e anti-monopolistas.

Estas idéias representam o desenvolvimento de concepções alternativas no pensamento econômico não-marxista latino-americano. Prebisch sempre reconheceu a incapacidade do pensamento neoclássico, especialmente o neomonetarismo da escola de Chicago, de interpretar o capitalismo periférico em função de não levar em consideração o excedente econômico, em torno do qual giram os traços básicos do sistema.

O uso social do excedente remete a uma questão particularmente importante: Quanto se deve acumular? De acordo com Gurrieri (1982, p. 93),

Prebisch assinala que nesta decisão se joga o êxito da transformação devido as suas consequências sobre o dinamismo do desenvolvimento, pois também adverte que nela devem considerar-se, ademais, as necessidades de absorção produtiva da força de trabalho, os requerimentos redistributivos públicos e privados e o incentivo aos empresários.

Uma outra questão decisiva é quem acumula. No entender de Prebisch,

o esforço de acumulação deve basear-se na apropriação social do excedente retido pelos estratos superiores, e em suas novas aplicações deve difundir-se entre a população a fim de desconcentrar a propriedade dos meios produtivos. Imagina que junto às empresas privadas, nacionais e estrangeiras e às estatais irão emergindo com força àquelas baseadas na gestão autônoma de seu próprio pessoal. (ibid. , p.94)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exame da história econômica da América Latina do pós-guerra revela que Raúl Prebisch foi o economista que mais influenciou a criação de um corpo de idéias que respondessem aos problemas dos países periféricos.

Em toda a trajetória intelectual de Prebisch, sempre considerou a idéia de que o subdesenvolvimento era resultado de um conjunto de relações econômicas entre países centrais e periféricos, desde suas primeiras dúvidas sobre o funcionamento do mercado que o fizeram questionar o modelo de desenvolvimento *hacia afuera* até seu ceticismo com relação ao modo capitalista de produção superar o subdesenvolvimento.

Os fatos desmentiam a ortodoxia neoclássicas que, apoiada na divisão internacional do trabalho, afirmava que o modelo de desenvolvimento *hacia afuera* reduziria as desigualdades de renda entre os países centrais e periféricos.

Nos países centrais, os altos graus de monopolização dos mercados e o poder dos sindicatos impediam que os preços caíssem com aumento da produtividade do trabalho. Entretanto, nos países periféricos, dadas as condições competitivas da produção agrícola e a fragilização dos movimentos sindicais, os preços da produção caem, beneficiando os consumidores dos países centrais.

Prebisch identifica que os privilégios distributivos da riqueza e da renda existentes na periferia são os responsáveis pela inexistência de mobilidade social dos elementos dinâmicos da sociedade. O resultado é um círculo vicioso que reduz as possibilidades de desenvolvimento: a acumulação é menor do que poderia ser resultado do consumo conspícuo dos estratos superiores que não



empregam suficientemente os estratos inferiores desperdiçando o potencial da acumulação reprodutiva.

Esta natureza concentradora e excludente do capitalismo periférico tende a polarizar a estrutura social em uma minoria privilegiada e uma maioria desprivilegiada. Esta estrutura social é acompanhada de uma estrutura de distribuição de poder que tende a manter o caráter estilista da sociedade.

Prebisch em seu livro *O Falso Dilema entre Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Monetária*, publicado em 1961, considera que é possível atingir a estabilidade monetária com crescimento econômico. Para tanto, torna-se necessário que ocorram transformações estruturais as quais permitam a correção dos elementos sócio-políticos e institucionais que provocam a inflação. Neste sentido, a reforma agrária desempenha um importante papel, pois permite maior eficiência do setor agrícola.

Segundo Presbisch, o insucesso das políticas de caráter monetarista, recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional, deve-se ao diagnóstico incorreto que compreende a expansão monetária como causa da inflação. A expansão monetária é uma resposta ao aumento dos preços, que tem sua origem na inelasticidade da oferta agrícola, alto custo de substituição de importações e desequilíbrios do Balanço de Pagamento.

Em seu período na UNCTAD, Prebisch buscou o caminho do entendimento entre os países centrais e os periféricos. Propôs a cooperação internacional como solução para romper o círculo vicioso a que estão submetidas as economias periféricas (baixa produtividade do trabalho que é resultado da

insuficiência de capital e o capital é insuficiente em função da exígua taxa de poupança que causa a baixa produtividade).

Seu primeiro informe na UNCTAD, denominado *Nova Política Comercial*, contém severas críticas ao sistema de comércio exterior organizado pelo GATT, que não contribui para criar uma nova ordem de coisas que respondessem as exigências do desenvolvimento.

Seu segundo informe na UNCTAD, denominado *Para uma Estratégica Global de Desenvolvimento*, alerta para o fato de que a insuficiência dinâmica das economias periféricas, manifestada pelo crescente desemprego, agrava-se com as tecnologias poupadoras de mão-de-obra, então, Prebisch propõe investimentos adicionais para absorver a força de trabalho excedente.

Ainda, considera que, no processo de evolução natural do sistema capitalista na periferia, as relações com os países centrais foram desfavoráveis, pois as sociedades latinas mantêm as mesmas características de insuficiência dinâmica e de heterogeneidade estrutural do subdesenvolvimento.

Na última etapa da evolução de seu pensamento, Prebisch concebe o desenvolvimento periférico como um processo de irradiação e propagação de técnicas, consumo e demais formas culturais oriundas dos países centrais.

Também afirma que o capitalismo periférico manifesta uma tendência para a crise em função das contradições entre as exigências de aumentar continuamente o excedente econômico (principal fonte de capital reprodutivo responsável pela ampliação do nível de emprego e produtividade) para dar dinamismo ao sistema e as exigências de uma sociedade privilegiada de consumo que desperdiça o potencial de acumulação de capital.

Ao publicar *Capitalismo Periférico. Crise e Transformação*, em 1981, conclui que o socialismo é a única resposta para a correção das grandes disparidades sociais.

Ao fazer-se este balanço da história econômica da América Latina do pós-guerra verifica-se a continuidade da vulnerabilidade América Latina aos choques externos. A crise do endividamento externo na década de 80 e as crises impostas pelas políticas econômicas de cunho neoliberal ou monetarista dos anos 90 indicam a contemporaneidade das idéias prebischianas aqui discutidas. A situação a que fomos conduzidos obriga-nos a retomar o conceito *centro – periferia*, visando superar o processo de paralisia das economias latino-americanas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis : Vozes, 1997.
- ALTIMIR, Oscar. Pobreza, crecimiento y necesidades básicas en diferentes contextos valorativos. **Revista de la CEPAL**. Santiago de Chile: ONU, n 13, p.67-95, abr. 1981.
- BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. **Capitalismo monopolista**. 3. ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1978, p.60-84.
- BARAN, Paul. **A economia política do desenvolvimento**. São Paulo : Nova Cultura, 1986.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cincuenta años del pensamiento de la CEPAL: una reseña. In: **Cincuenta años de pensamiento en la CEPAL: textos seleccionados**. Santiago de Chile: Fondo de Cultura Económica, 2v. v.1, p. 9-61, 1998.
- BIRDSALL, Nancy; LOZADA, Carlos. Schocks externos en economías vulnerables: una reconsideración de Prebisch. **Revista de la CEPAL**, número extraordinário, p. 1-10, 1996.
- BLOMSTRÖM, Magmus; HETTNE, Björn. **La teoría del desarrollo en transición**. México : Fondo de Cultura Económica, 1990.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependencia y desarrollo en América Latina. In: **Cincuenta años de pensamiento en la CEPAL: textos seleccionados**. Santiago de Chile: Fondo de Cultura Económica, 2v. v. 2, p.476-499, 1998.

- COUTO, Joaquim Miguel. O pensamento de Raúl Prebisch. In.: **II Encontro Nacional de Economia Política**. São Paulo. **Anais...** São Paulo: SBEP, 1997, p.249-267.
- DOWBOR, Ladislau. **A formação do 3º mundo**. São Paulo: Brasiliense, 14. ed., 1993.
- Evaluación de Quito, CEPAL In: **Cincuenta años de pensamiento en la CEPAL: textos seleccionados**. Santiago de Chile: Fondo de Cultura Económica, 2v. v 2, p.630-660, 1998.
- FILIPPO, Armando Di. Las ideas de Prebisch sobre la economía mundial. **Revista de la CEPAL**. Santiago de Chile: ONU, n 34, p.165-175, abr. 1988.
- FONSECA, Pedro C.D. As origens do pensamento cepalino e a influência de Keynes. In: **II Encontro Nacional de Economia Política**. São Paulo. **Anais...** São Paulo: SBEP, 1997, p.172-187.
- FRANK, André G. **El subdesarrollo del desarrollo**. Venezuela: Nueva Sociedad, 1991.
- FURTADO, Celso. **O longo amanhecer**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1999.
- \_\_\_\_\_. La natureza del "Centro Cíclico principal". **Revista de la CEPAL**. Santiago de Chile : ONU, n. 42, p. 11-16, Dec. 1990.
- GONZALEZ, Norberto; POLLOCK, David. Del ortodoxo al conservador ilustrado. Raul Prebisch en la Argentina, 1923 – 1943. In: **Desarrollo Económico**. 1991, v. 30, n. 120, enero/marz., p. 455-493.
- GURRIERI, Adolfo. La economía política de Raúl Prebisch. In: **La obra de Prebisch en la CEPAL**. México: Fondo de Cultura Económica, 2v. v.1, p.5-98, 1982.

- HIRSCHMAN, Albert . La economía política de la industrialización a través de la sustitución de importaciones en América Latina. **El Trimestre Económico**. 1996.v. LXIII (2) , n 250 , abr./ jun.
- HOPENHAYN, Benjamin. Prebisch pensador clásico y heterodoxo. **Revista de la CEPAL**. Santiago de Chile: ONU, n 34, p.177-188, abr. 1988.
- LIRA, Máximo. Del capitalismo periférico y su teoría de la transformación de la sociedad. **El Trimestre Económico**. jul./sept. 1986.
- MAGARINOS, Mateo. **Diálogos con Raúl Prebisch**. México: Fondo de Cultura Económica, 1991.
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la dependencia** México. Serie popular Era, 1986.
- PAZOS, Felipe. Raúl Prebisch. Banquero Central. **Revista de la CEPAL**. Santiago de Chile: ONU, n 34, p.189-204, abr. 1988.
- PINTO, Aníbal. Naturaleza e implicaciones de la "heterogeneidad estructural " de la América Latina In: **Cincuenta años de pensamiento en la CEPAL: textos seleccionados**. Santiago de Chile: Fondo de Cultura Económica, 2v. v 2, p.547-588, 1998.
- PREBISCH, Raúl. **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1968.
- \_\_\_\_\_. Las teorías neoclásicas Del liberalismo econômico. **Revista de la CEPAL**. Santiago de Chile : ONU, n. 7, p. 171-192, abr. 1979.
- \_\_\_\_\_. Diálogo Acerca de Friedman Y Hayek. Desde el punto de la periferia. **Revista de la CEPAL**. Santiago de Chile : ONU, n. 15, p.161-182, Dec. 1981.

- \_\_\_\_\_. Monetarismo, aperturismo y crisis ideológica. **Revista de la CEPAL.** Santiago de Chile: ONU, n 17, p.143-159, ago. 1982.
- \_\_\_\_\_. Nueva política comercial para el desarrollo In: GURRIERI, Adolfo. **La obra de Prebisch en la CEPAL.** México: Fondo de Cultura Económica, 1982, 2v. v. 2, p.228-357.
- \_\_\_\_\_. Un recodo histórico en la periferia latinoamericana, **Revista de La CEPAL,** Santiago de Chile: ONU, 1982, n.18, p.7-23.
- \_\_\_\_\_. Hacia una estrategia global del desarrollo. In: GURRIERI, Adolfo. **La obra de Prebisch en la CEPAL.** México: Fondo de Cultura Económica, 2v. v. 2, p.358-422, 1982.
- \_\_\_\_\_. Cinco etapas de mi pensamiento sobre el desarrollo. **El Trimestre Económico,** 1983, México, v. 50, n.198.
- \_\_\_\_\_. La crisis del capitalismo y el comercio internacional. **Revista de la CEPAL.** Santiago de Chile: ONU, n 20, p.53-75, abr. 1984.
- \_\_\_\_\_. La crisis global del capitalismo y su trasfondo teórico. **Revista de la CEPAL.** Santiago de Chile: ONU, n 22, p. 163-182, abr. 1984.
- \_\_\_\_\_. Um aporte al estudio de su pensamiento. **Libros ae la CEPAL. N. 13,** Santiago : CEPAL, 1987.
- \_\_\_\_\_. Dependência, interdependencia y desarrollo. **Revista de la CEPAL.** Santiago de Chile : ONU, n. 34, p. 205-212, abr. 1988.
- \_\_\_\_\_. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas In: **Cincuenta años de pensamiento en la CEPAL: textos seleccionados.** Santiago de Chile: Fondo de Cultura Económica, 1998, 2v. v 1, p.63-171.

\_\_\_\_\_. Estudio Económico de América Latina, 1949\* In: **Cincuenta años de pensamiento en la CEPAL: textos seleccionados**. Santiago de Chile: Fondo de Cultura Económica, 2v. v.1, p.132-241,1998.

\_\_\_\_\_. Problemas teóricos y prácticos del crecimiento económico. In: **Cincuenta años de pensamiento en la CEPAL: textos seleccionados**. Santiago de Chile: Fondo de Cultura Económica, 1998,2v., vol. 1, p. 174-206.

REYNO, Jaime Estay. **La concepción general y los análisis sobre la deuda externa de Raúl Prebisch**. México: siglo veintiuno editores, 1990.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. Coleção Os Economistas, Abril Cultural, 1982.

RODRIGUEZ, Otávio. **Sobre la concepción del sistema centro - periferia**. Revista de La CEPAL, Santiago de Chile: ONU, primer semestre de 1977, p.203-241.

\_\_\_\_\_. **Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL**. Rio de Janeiro, 1981.

ROSTOW, Walt Whitman. **Etapas do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 5. ed., 1974.

SANTOS, Theotônio dos. **Democracia e socialismo no capitalismo dependente**. Petrópolis : Vozes, 1991, p. 13-44

\_\_\_\_\_. La teoría de la dependencia: un balance histórico y teórico. In: **Los retos de la globalización: ensayos en homenaje a Theotonio do Santos**. Caracas: CRESALC, 1998, 2v. tomo I, p. 93-151.

\_\_\_\_\_. La crisis de la Teoría del desarrollo y las relaciones de dependencia en América Latina. In: **la dependencia político-económica de América Latina**. México: siglo XXI editores,1987, p.148-187.



SPROUT, Ronald. El pensamiento de Prebisch. **Revista de la CEPAL**. Santiago de Chile: ONU, n 46, p.187-202, abr. 1992.

SUNKEL, Osvaldo. Desarrollo, Subdesarrollo, Dependencia, Marginación y Desigualdades Espaciales: Hacia un Enfoque Totalizante. In: **Cincuenta años de pensamiento en la CEPAL: textos seleccionados**. Santiago de Chile: Fondo de Cultura Económica, 1998, 2v. v 2, p.501-546.

TAVARES, Maria da Conceição. Auge y declinación do proceso de sustitución de importaciones en el Brasil. In: **Cincuenta años de pensamiento en la CEPAL: textos seleccionados**. Santiago de Chile: Fondo de Cultura Económica, 1998, 2v. v.1, p.207-227.